

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA
COORDENAÇÃO DE ARQUIVOLOGIA**

ADEILTON ALVES CALIXTO

**ROMPENDO O SILÊNCIO: A INFORMAÇÃO NO ESPAÇO LGBT DO
ESTADO DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA

2015

ADEILTON ALVES CALIXTO

**ROMPENDO O SILÊNCIO: A INFORMAÇÃO NO ESPAÇO LGBT DO
ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Gisele Rocha Cortês

JOAO PESSOA

2015

ADEILTON ALVES CALIXTO

**ROMPENDO O SILÊNCIO: A INFORMAÇÃO NO ESPAÇO LGBT DO
ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Profa. Dr^a Gisele Rocha Cortês

Aprovado em: 09/ 12 /2015

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Gisele Rocha Côrtes (UFPB)

Profº Drª Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (UFPB)

Profª Drª Juliane Teixeira e Silva (UFPB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C153r Calixto, Adeilton Alves.

Rompendo o silêncio: a informação no espaço LBGT do Estado da Paraíba / Adeilton Alves Calixto. – João Pessoa: UFPB, 2015.

69f. : il.

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Gisele Rocha Cortês.

Monografia (Graduação em Arquivologia) – UFPB/CCSA.

Ao meu pai e a minha mãe pela presença sempre ao meu lado, nos momentos felizes e nos momentos difíceis, amo demais; a minhas irmãs e sobrinhos pela força que sempre me deram no decorrer do curso. Dedico!

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e saber apreciar os momentos de vitórias, entendendo que todos estamos aqui em um eterno aprendizado e que ninguém sabe tanto que nunca possa aprender sempre mais.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte mais amplo.

A minha orientadora Gisele Rocha Cortês pelas orientações, trocas, construção conjunta e incentivo.

A tod@s da equipe do Espaço LGBT pela acolhida calorosa e carinhosa e por fornecerem todas as condições para o acesso às informações.

A Ângela Cândida Chaves (Coordenadora Geral do Espaço LGBT), a Roberta Rocha Schultz (Gerente Executiva de Direitos Sexuais e LGBT/ SEMDH e a Gilberta Santos Soares (Secretária da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana), pelo apoio e por terem proporcionado condições para a realização da pesquisa.

As profas. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire Oliveira e a Profa. Me Juliane Teixeira e Silva por terem aceito o convite para participar da banca.

A@s companheir@s de trabalhos e grupos de estudo Ricardo Grisi Veloso, Virginia Kyotoku e Joubert Leite de Araújo pela jornada que passamos junt@s até o fim e pelo aprendizado que me disponibilizaram. A todos amig@s de sala de aula que se tornaram pela união e força recíproca sempre dispensada uma família a parte.

E a tod@s que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!

É preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã, por que se você parar pra pensar, na verdade não há (RUSSO, Renato, *Pais e filhos*, 1989).

RESUMO

O trabalho possui como objetivo apresentar o Centro Estadual de Referência dos Direitos de Lesbicas, Gays, Transexuais e Transgêneros e Enfrentamento à Homofobia da Paraíba (Espaço LGBT). Visa traçar o perfil d@s usuári@s do órgão e disponibilizar informações estatísticas sobre as violências homofóbicas. A ausência de informações oficiais a respeito do perfil de usuári@s dos serviços específicos de atendimento e sobre o contexto das discriminações e preconceitos contra a população LGBT configura-se como um dos desafios para o enfrentamento e a prevenção da homofobia. Desta forma, a mediação d@ profissional arquivista é fundamental para potencializar o fluxo informacional. Utilizou-se a pesquisa de tipo descritiva e natureza quantitativa, de fontes documentais, mais especificamente nos arquivos correntes (analógico e digital) com fichas de atendimento d@s 781 usutíri@s do período de 2011 a 2014. Para a análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva. Verificou-se que, por meio dos dados quantitativos produzidos, que a vulnerabilidade e exclusão permeiam a população LGBT atendida e que as políticas públicas poderão ser aperfeiçoadas se forem implementadas tendo como base informações confiáveis. Desta forma, a articulação da Arquivologia com a temática LGBT e presença d@ Arquivista em unidades informacionais não tradicionais como o espaço LGBT é primordial para o enfrentamento a homofobia, e aos mais diversos tipos de desigualdades.

Palavras-chave: Homofobia. Espaço LGBT – Paraíba. Arquivologia – Informação – Discriminação – LGBT – Paraíba.

ABSTRACT

The work aims to present the Centro Estadual de Referência dos Direitos de Lesbicas, Gays, Transexuais e Transgêneros e Enfrentamento à Homofobia da Paraíba (Espaço LGBT). Aims to profile the users of this agency and provide statistical information about homophobic violence. The lack of official information about the profile of users of specific services and care about the context of discrimination and prejudice against the LGBT population appears as one of the challenges for the management and prevention of homophobia. Thus, mediation of a professional archivist is fundamental to enhance their formation flow. We used the descriptive and quantitative research, documentary sources, more specifically in the current archives (analogue and digital) with the assistance of 781 records of the period between 2011 to 2014. For data analysis we used descriptive statistics. It was found that, by means of the quantitative data produced, that vulnerability and exclusion permeate the LGBT population served and that public policies can be improved if implemented based on reliable information. Thus, the joint of the Archivology with LGBT themes and an archivist's presence in non-traditional informational units as the espaço LGBT is paramount to confront homophobia, and various types of inequalities.

Keywords: Homophobia. Espaço LGBT – Paraíba. Archivology - Information – discrimination – LGBT – Paraíba.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBT: A GÊNESE DO MOVIMENTO LGBT.....	12
2.1 Período do pós guerra e transformação pelas lutas dos direitos d@s LBGBTS	16
2.2 Surgimento do movimento homossexual no brasil.....	18
2.3 LBGBTS: resistências	21
3. A DISCUSSÃO NO ÂMBITO ACADÊMICO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA QUEER	23
3.1 Políticas públicas para a população LGBT no Brasil	26
4. A INFORMAÇÃO E A PAPEL SOCIAL D@ ARQUIVISTA.....	31
4.1 Arquivologia/arquivista: mediação da informação e cidadania	34
5. CAMINHOS DA PESQUISA.....	36
5.1 Tipo e Natureza da Pesquisa	36
5.2 Instrumento de coleta e análise de dados	37
5.3 Campo de pesquisa.....	38
6. DISCUTINDO O ESPAÇO LGBT.....	46
7. PARO! NÃO CONCLUO, APENAS ENCERRO	60
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

O trabalho, em questão, tem como objetivo, principal apresentar o Centro de Referência dos direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), e o enfrentamento à homofobia na Paraíba. Visa-se traçar @¹ perfil d@s usuari@s e disponibilizar informações estatísticas das violências homofóbicas sofridas pel@s usuari@s. Segundo Carvalho; Andrade; Junqueira (2009, p. 24), a homofobia é “[...] o medo, o desprezo, a desconfiança, o ódio, a hostilidade e a aversão em relação à homossexualidade e às pessoas homossexuais ou identificadas como tal[...]”.

Por meio da disseminação das informações, busca-se contribuir para ampliar discussões e fornecer visibilidade à situação de vulnerabilidade da população LGBT, que em pleno século XXI ainda é marginalizada e excluída. O relatório do Grupo Gay da Bahia – GGB (2015)², traz a amplitude desta violência, explicitando que em 2014 houve um crescimento de 4% de assassinatos d@s LGBTs em âmbito nacional. Foram registradas 326 mortes, destas, 163 de gays, 134 de travestis, 14 de lésbicas, 3 de bissexuais, 7 parceir@s de travestis e 7 mortes de heterossexuais confundidos com gays. Os números representam um assassinato a cada 28 horas no país. Neste contexto, o relatório aponta o Brasil como o campeão mundial de crimes, a metade dos assassinatos de transexuais e travestis no ano passado foram cometidos no país. Portanto, por meio das informações oriundas desse relatório pôde-se inferir que os estados em números absolutos no qual foram registrados maior número de mortes foram os de São Paulo e Minas Gerais e que os estados que mais oferecem perigo a comunidade LGBT, em números relativos, são a Paraíba e o Piauí. Pois, ressalta-se que o Nordeste é a região mais violenta, com 43% de homicídios.

¹ O símbolo @ sinal gráfico denominado arroba (Dicionário Houaiss), é usado nos endereços dos correios eletrônicos, para separar o nome do utilizador da designação do domínio da rede ou do provedor de acesso a conta de correio eletrônico. O fato de o sinal gráfico ser formado por uma **a** minúsculo envolto em um círculo aberto tem sido interpretado [...] como uma concorrência ou até mesmo uma aglutinação das letras **a** e **o**, letras que habitualmente, marcaram respectivamente o gênero masculino e feminino das palavras (Cf. Glossário de Termos da Internet da universidade de Vigo). Assim, quem utiliza a arroba em palavras como alunos pretende abranger os dois gêneros humanos. Disponível: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/pesquisa>; [...] o sinal de arroba é usado cada vez mais como flexão de substantivos, adjetivos, pronomes e determinantes como recurso gráfico para integrar em uma única palavra formas masculinas e femininas, uma vez que [...] sugere tanto as vogais *a* e *o* [...] que inclui ambos os sexos [...] FONTE: Mary Gene Gil, *Observatório Neologia* da Universidade Pompeu Fabra. Disponível: <http://www.elcastellano.org/ns/edicion/2007/diciembre/arroba.html>; Segundo Nardi (2013) o símbolo “@” (arroba) é utilizado, ao invés de “o” ou “a”, para referir-se simultaneamente a ambos os gêneros, colocando-os em situação de igualdade.

²Fonte: Relatório do grupo gay da Bahia - Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2014.

Os alarmantes dados disponíveis são subnotificados, tendo em vista a carência de estatísticas oficiais acerca da problemática.

[...] casos de homofobia possuem características bastante peculiares, como a crueldade praticada em casos de assassinatos de LGBTs, onde se percebe que não basta matar, tem-se também que estuprar, quebrar todo o corpo ou esquarterar e jogar em locais como “lixões” ou terrenos baldios, mas que, diante da invisibilidade supramencionada, não são registrados como casos de violência homofóbica, contribuindo para a histórica ocultação desse tipo de violência. (DANTAS, 2015, p.3).

Desta forma, o presente trabalho objetivou contribuir para superar esta lacuna informacional, organizando e disseminando informações estatísticas d@s usuári@s do Centro de Referência dos Direitos LGBT, conhecido como Espaço LGBT, denominação que será utilizada na pesquisa. A pesquisa possui abordagem quantitativa e utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e descritiva para apresentar o órgão e traçar o perfil d@s usuári@s

A primeira parte do trabalho apresenta um breve histórico a respeito das origens e transformações do movimento LGBT, utilizando autores/as como Regina Facchini (2009), James N. Green (2000), Júlio Assis Simões (2009), entre outr@s. Perpassa pelas lutas por direitos de homossexuais, datadas de 1910 na Alemanha. Transita pelos anos 70, ressaltando a “Revolta de Stonewall”. Posteriormente, o trabalho mostra os declínios e ascensões, ao que tange a militância do movimento homossexual, e o surgimento da epidemia do HIV/AIDS nos anos 80. Adentra nos anos 90 com a volta do “orgulho de ser gay” e a inserção dos direitos homossexuais no âmbito político nacional. E, por fim, discorre sobre o movimento na atualidade e os desafios no que se concerne ao enfrentamento das discriminações e violações de direitos na sociedade brasileira.

No momento seguinte a pesquisa aborda as políticas públicas voltadas para os direitos humanos e cidadania LGBT. Discorre, também, sobre a deficiência da disseminação de informação sistematizada que proporcione uma base confiável de dados para a elaboração de políticas públicas e pesquisas sobre o tema. Logo após, apresenta referencial teórico atinente a Ciência da Informação e Arquivologia evidenciando como as áreas são fundamentais para a organização da informação e o fortalecimento de políticas públicas.

A importância de empreender o estudo é, justamente, o valor informacional que o mesmo possui, o qual visa contribuir para suscitar discussões a respeito da problemática no âmbito da Ciência da Informação e em especial na Arquivologia. No que diz respeito @ arquivista é fundamental a atuação em unidades informacionais não tradicionais, a exemplo do

Espaço LGBT, por meio da mediação da informação e do apoio técnico à equipe profissional para qualificar a produção da informação.

A informação como ação transformadora de problemas sociais, na área da CI é desenvolvida em várias frentes (MARTELETO, 2004; CAPURRO, 2007; GARCIA TARGINO; DANTAS, 2012; CORTES, 2015;), contudo há carência de estudos no tocante as unidades informacionais específicas para a população LGBT. Em levantamento realizado na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no período de 1972 a 2015, no total de 8.303 textos publicados em 38 Periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área da CI, foi identificado, apenas um trabalho sobre homofobia.³

Caminhando nas trilhas de Silva; Fujita; Dal' evedove (2009) É fundamental que a nova Arquivística adentre os âmbitos de mudanças comportamentais sociais na contemporaneidade.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DO MOVIMENTO LGBT: :A GÊNESE DO MOVIMENTO LGBT

O surgimento do movimento homossexual e, conseqüentemente, do movimento LGBT teve a sua gênese, fora e dentro do Brasil, há décadas passadas, tendo como precursores movimentos e agentes sociais que tiveram por objetivo desmistificar e informar à sociedade que Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais não eram pessoas doentes, nem merecedoras do “fogo do inferno”, mas seres humanos com direitos e deveres iguais. A história de lutas pela cidadania LGBT e de combate a homofobia teve várias etapas no decorrer da história moderna e contemporânea. Destacam-se algumas, que, se interligam, como: a luta pela aceitação da relação homossexual dentro da sociedade (reforma sexual); a questão hierárquica, em que pessoas que não se encaixavam nos padrões, impostos pela sociedade, eram tidas como inferiores; até chegar a politização do movimento quando a questão da igualdade e dos direitos na lei tornaram-se prioridade.

Um dos precursores, do movimento LGBT, foi o médico e sexólogo Alemão Magnus Hirschfeld (1868-1935), que lutou contra a criminalização da homossexualidade. Segundo Simões e Facchini (2009, p. 40):

³. DARDE, Vicente William da Silva. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. *Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2008. Disponível em: http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php

As primeiras lutas do emergente ativismo homossexual se voltaram contra a criminalização da homossexualidade, como a campanha liderada pelo Magnus Hirschfeld na virada do século XIX para o século XX, para abolir o parágrafo 175 do Código Penal da Alemanha, que punia o comportamento homossexual entre homens. Entre as décadas de 1910 e 1920, o movimento por reforma sexual alcançou o máximo de sua repercussão na Europa [...].

Os Militantes homossexuais de então, eram bastante respeitáveis, pois, de modo frequente, defendiam as suas reivindicações atrás de títulos médicos. Em seu livro de memórias *Christopher and his kind*, o romancista inglês Christopher Isherwood relata o contato que ele teve com Magnus Hirschfeld, em 1929, quando visitou o Instituto de Ciência Sexual, alojado em um **magnífico** palácio da antiga Berlim, ele se espantou com o clima de decência e integridade existente nesse ambiente, o qual era uma espécie de quartel general do movimento homossexual. (COLLING, 2011).

Com o surgimento da Segunda Guerra e a dominação nazista, na Alemanha, muitas das conquistas concernentes aos homossexuais, na Rússia e na Alemanha foram desfeitas, tais como a extinção das Leis anti-homossexuais na Rússia pelo novo governo bolchevique em 1917 e a fundação do Instituto de Ciência Sexual em Berlim por Hirschfeld, em 1919⁴. (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

O advento do regime nazista, na Alemanha, durante a Segunda Guerra, acarretou em perseguições e assassinatos, também, para os homossexuais, por não estarem dentro dos padrões impostos dentro daquela sociedade (LIMA; CUNHA 2015). Pois, no século XIX, antes da explosão nazista, existia no Código Criminal da Conduta Germânica, o parágrafo 175, o qual tinha a homossexualidade como criminosa e passível de punições (LIMA; CUNHA, 2015, p.3), que mencionava como criminoso o coito entre os homens e os comportamentos similares ao coito (ELIDIO, 2010). No entanto, a crueldade e as tentativas de ‘mudar’ o comportamento de homossexuais, advinda da ideologias nazista, embasadas nesse código, que foi alterado em 28 de Junho de 1935 pelos próprios nazistas, acarretou no assassinato de milhares de vidas dentro dos campos de concentração (ELIDIO, 2010).

O regime nazista fez alterações, nesse parágrafo, acrescentando novas emendas, embasados na ideia de reforçar a perseguição aos ‘dissolutos’. Como ressalta Elidio (2010, p.22):

⁴Hirschfeld foi responsável por uma campanha contra o temível Parágrafo 175, que criminalizava as relações sexuais entre homens na Alemanha. (FERREIRA, 2013).

Parágrafo 175 - Atos indecentes entre homens: 1. Um homem que cometa atos indecentes com outro homem ou que se permita participar de tais atos será punido com aprisionamento; 2. Caso uma das partes for menor de 21 anos na data do ocorrido, e o crime não for grave, o tribunal pode, em casos especiais, isentá-lo de punição. Parágrafo 175a - Severos atos indecentes: Servidão penal de até 10 anos ou, quando houver circunstâncias atenuantes, prisão de não menos que três meses deve ser aplicada a: 1. Qualquer homem que, com uso de violência ou ameaça do uso de violência física e emocional ou à vida, leve outro homem a cometer atos indecentes, ou se permita participar de tais atos; 2. Qualquer homem que force outro homem a cometer atos indecentes com ele, aproveitando-se de uma relação de dependência seja no trabalho ou em outro lugar, ou se permita participar de tais atos; 3. Qualquer homem acima de 21 anos que seduza um homem menor de 21 a cometer atos indecentes, ou se permita participar de tais atos; 4. Qualquer homem que cometa atos indecentes, de maneira profissional e por dinheiro, com outros homens, ou se permita ser usado para tais atos ou se ofereça para o mesmo. Parágrafo 175b - Sodomia: Atos indecentes não-naturais de homens com animais são passíveis de pena de prisão; além disso, a perda dos direitos civis também pode ser imposta.

No caso das lésbicas⁵ elas não estavam inclusas nesse parágrafo, mas sofreram distintas formas de discriminação. ((ELIDIO, 2010).

Para os nazistas, conforme Ferreira (2013) a homossexualidade masculina poderia ser contagiosa, argumentava-se que o portador da deformação congênita “infectaria” homens que faziam sexo com outros homens por opção. Nesta direção, exterminar a homossexualidade era essencial para que este mal não se multiplicasse, colocando em risco a procriação, possível apenas no ato sexual entre homem e mulher. Com relação às lésbicas, o autor enuncia que o lesbianismo era considerado uma condição temporária, explicitando-se preconceitos com a sexualidade feminina, mas as mulheres lésbicas também passaram a ter visibilidade diante da sociedade europeia. “Surgiram espaços de sociabilidade lésbica em Berlim e em Paris, onde a escritora e poeta norte-americana Gertrude Stein [...] e sua companheira Alice Toklas mantiveram um célebre salão frequentado por artistas e intelectuais”. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 40). Em Berlim se multiplicam os ambientes concernentes a sociabilidade lésbica antes do fascismo devastar com tudo, assassinando ou obrigando ao exílio ou a clandestinidade as lésbicas e os homossexuais. Enquanto que, na França a literatura heterossexual e a indústria da moda tornam popular o ambíguo personagem de *la garçonne*, mulher ‘moderna’ de cabelo curto e moralidade desafiadora,” (FALQUET, 2013).

⁵ Lésbica é o termo utilizado para designar mulheres que se identificam como mulheres e se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres. A palavra lésbica vem do latim *lesbium* e originalmente referia-se somente aos habitantes da ilha de Lesbos, na Grécia. A ilha foi um importante centro cultural onde viveu a poetisa Safo, entre os séculos VI e VII A.C., muito admirada por seus poemas sobre amor e beleza, em sua maioria dirigida às mulheres. Por esta razão, o relacionamento sexual entre mulheres passou a ser conhecido como lesbianismo [...] **Disponível:** Mulheres Lésbicas e Bissexuais: Direitos, Saúde e Participação Social (MINISTÉRIO DA SAÚDE: SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DEPARTAMENTO DE APOIO À GESTÃO PARTICIPATIVA, BRASILIA 2013); Mulher que é atraída afetivamente e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas. **Disponível:** Manual de Comunicação LGBT (ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)

Importante citar as enunciações de Toledo e Teixeira Filho (2011) no que tange aos obstáculos para resgatar a história das mulheres que se relacionavam erótica afetiva e sexualmente com outras mulheres. Dificuldades se evidenciam na escolha do termo para designá-las⁶ e, em especial, porque os registros, além de serem raros, em geral, foram escritos pela perspectiva masculina.

Para se ter uma ideia [do silêncio sobre o homoerotismo entre mulheres], nos números de periódicos sobre estudos femininos *Journal of Women's History* existentes no Departamento de História da USP, não há artigo algum que trate do lesbianismo, e na coleção francesa *História das mulheres*, em cinco grandes volumes, apenas uma parte de um capítulo diz respeito à homossexualidade feminina. (Torrão-Filho, 2000, p. 14 APUD TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2011, p. 40)

Retomando a discussão sobre a perseguição de homossexuais Simões e Fachinni (2009) ressaltam que a violência nazista desembocou no saque e na destruição do Instituto de Hirschfeld, com a queima de sua biblioteca e seus arquivos, em 1933.

Em 6 de maio de 1933, estudantes, liderados pelas Tropas de Ataque (*Sturmabteilung*; as SA), invadiram o Instituto de Ciências Sexuais, em Berlim e confiscaram o acervo de sua biblioteca. Quatro dias depois, a maior parte daquele acervo de mais de 12.000 livros e 35.000 fotos insubstituíveis foi destruída, juntamente com milhares de outras obras literárias por eles consideradas "degeneradas", em uma queima de livros no centro da cidade de Berlim. O material restante nunca foi recuperado. Magnus Hirschfeld, fundador do Instituto e um dos pioneiros do estudo científico da sexualidade humana, dava palestras na França na época e decidiu não retornar à Alemanha. (ENCICLOPÉDIA DA INQUISIÇÃO, Brasil, 1015)

No mesmo período, cresceram as condenações por homossexualidade e o envio de prisioneiros homossexuais para campos de concentração, em que eram obrigados a portar uniforme costurado com a marca de um triângulo rosa, submetidos a regime de trabalho forçado e passível de castração. As lésbicas, também, foram submetidas a usar um símbolo, mas, o símbolo utilizado, por elas, era a de um triângulo negro. Existem inúmeros dados citados de pessoas homossexuais, mortas durante esse processo, as quais foram submetidas aos fornos dos Campos de Concentração (HEGER, 1989). A Rússia, soviética, sob o comando de Stalin, também passaria a promover violentas campanhas contra a homossexualidade, restabelecendo punições legais que justificavam a perseguição a homossexuais como traidores/as, espiões e contrarrevolucionários.

⁶Os termos a serem utilizados para nomear as mulheres varia de acordo com contexto histórico e social. Apesar de pouco reconhecidas no decorrer da história, as relações afetivo-sexuais entre mulheres existiram desde a Antiguidade, as mulheres que se relacionavam com outras foram nomeadas de diversas formas: tribades, *fricatrices*, safistas, sáficas, lésbias, lesbianas, lésbicas, sodomitas, invertidas, entre outras. (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2011)

Tendo em vista, todas as atrocidades cometidas, durante a Segunda Guerra Mundial, contra os gays e lésbicas, pode-se afirmar que esse foi um período de grande experiência para as pessoas LGBTs. Ou seja, mesmo tendo sido vivências cruciantes de exclusão e repressão, estas serviram como veículo para o despertar de uma **identidade** homossexual, que fizeram os movimentos engajar-se (CHAUNCEY, 1994).

2.1 PERÍODO PÓS GUERRA E A TRANSFORMAÇÃO DAS LUTAS PELOS DIREITOS DOS LGBTs

Conforme enuncia Foucault (1999) “aonde há poder, há resistência”, nestes termos, após o período da Segunda Guerra emerge na década de 1940, em especial nos Estados Unidos, uma nova onda de lutas em favor de homossexuais, mas, foi apenas em 1948 que retornou-se a campanha por direitos para @s mesm@s. (MACRAE, 2011).

Foram criados grupos em prol de direitos com foco principal na aceitação social das relações homossexuais, ou seja, pela descriminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo. Simões e Facchini (2009, p. 43), enunciam que:

[...] articulou-se um núcleo de ativistas que viria fundar em Los Angeles, 1951, a Mattachine Society, um grupo de homens e mulheres homossexuais com características de sociedade secreta, do qual posteriormente surgiram dissidências, entre as quais um grupo formado exclusivamente por lésbicas, fundado em São Francisco, em 1955, as Daughters of Bilitis – nome inspirado no livro de poemas eróticos de amor entre mulheres Les Chansons de Bilitis, do escritor francês Pierre Louys[...]. Agrupamentos similares foram organizados no período pós-guerra na Europa, como o Cultura em Ontspannings centrum (COC), na Holanda, fundado em 1946 [...]; Forbundet, na Dinamarca, em 1948; Arcadlie, na França, em 1954.

Após a década de 1940, surge a versão mais politizada, que estaria mais próxima do movimento LGBT contemporâneo a partir do movimento chamado ‘geração beat’ (1950), movimento literário de jovens intelectuais e poetas que questionavam a ordem estabelecida por meio da arte, foram precursores do movimento hippie, na década de 60, nos Estados Unidos. O movimento homossexual passou, a se espelhar, nas reivindicações pela liberdade sexual, ampliando a visão a respeito de seus direitos (SIMÕES ; FACCHINI, 2009)

Um fato ocorrido no Stonewall Inn, bar frequentado, majoritariamente, pelo público gay, localizado na Cristopher Street, em Greenwich Village (Ampla e tradicional área residencial de Nova York) foi ápice e divisor de águas. No dia 28 de Junho de 1969, a polícia, que constantemente promovia rotineiras batidas no bar, frequentado por homossexuais (Gays, Lésbicas) enfrentou resistência d@s clientes, pois, muitas vezes essas prisões eram arbitrarias

e eram seguidas de humilhações ou exposição da orientação sexual de clientes pres@s (REIS, 2011). A resistência durou a madrugada do dia 28 e as quatro noites posteriores, como ressalta Colling (2011) Foi uma batalha travada por homossexuais, incluindo travestis e garotos de programa, a qual teve um imenso grau de violência, onde os homossexuais, além, de ressaltar uma grande e inusitada fúria contra seus opressores, também vociferavam palavras de ordem como: ‘Poder Gay’, ‘Sou bicha e me orgulho disso’, ‘Eu gosto de rapazes’, etc. As travestis marcaram presença, com grande força nessa batalha, segundo Franco; Gontijo (2015, p.8):

As Travestis, que até hoje, são invisibilizadas e discriminadas com mais hostilidade ainda são pessoas que sem muita chance de trabalho, estudo e vida social, porque a sociedade as deixa sempre as margens, marcaram presença em um dos dias mais importantes da causa e luta por direitos homossexuais. A pesquisadora travesti Keila Simpson que fez parte da coletânea sobre Os estudos e movimentos LGBT no Brasil pós-Stonewall afirma que, ‘e mesmo lá no Stonewall, as travestis já protagonizavam muitas coisas, mesmo naquela época [...].

O acontecimento citado foi impulsionador para a construção de uma nova história do movimento LGBT ao que tange a visibilidade e as lutas contra a discriminação e o preconceito (FRANCO; GONTIJO, 2015). Logo após o fato ocorrido foram organizados cinco dias de protestos, onde foram exigidos direitos e igualdade aos homossexuais (MOLINA, 2011).

No primeiro aniversário da rebelião, conforme Moura (2008) 10 mil homossexuais, de todos os estados norte-americanos foram as ruas de Nova York, explicitando estarem organizados pela luta por direitos. (SIMOES; FACHINNI, 2009).

A partir do fato ocorrido, a história de luta pelos direitos dos homossexuais se tornou mais forte, ou seja, distintas organizações de gays e lésbicas surgiram nos Estados Unidos. A data 28 de Junho passou a ser consagrada como “O dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico” (SIMÕES; FACHINNI, 2009).

Em decorrência destas mobilizações, o período dos anos setenta do século XX, ganhou força a luta do movimento não apenas pela aceitação social no que concerne as relações homossexuais, mas para explicitar a sociedade que homossexuais sentiam orgulho de ser quem eram e de que todos e todas tinham direitos e deveres como cidadãos e cidadãs. Além disso, as organizações obtiveram conquistas importantes, como enfatiza Moura (2008, p. 31):

Declaração da Associação Americana de Psicologia de que a homossexualidade não é uma patologia. Rediscussão da Associação Americana de Psiquiatria sobre a classificação dos homossexuais como doentes. Não Proibição de homossexuais nos serviços públicos em diversas cidades e estados americanos. Dezoito estados dos EUA anularam leis que puniam criminalmente a sodomia. Em várias cidades americanas foram aprovadas leis proibindo a discriminação nos locais de trabalho e moradia.

Os movimentos e grupos ativistas de defesa a homossexuais não se restringiram apenas, aos Estados Unidos e Europa, suas ações repercutiram em diversos países do mundo, na América do Sul e no Brasil. Prova disso é que, ainda nos anos 1960, mais precisamente em 1969, na Argentina foi “[...] formado o primeiro grupo político homossexual denominado de Nuestro Mundo. Onde “adotou a partir de 1971 a denominação Frente de Liberacion Homossexual (FLH), até ser destruído pela ditadura militar em 1976 [...]” (SIMÕES; FACHINNI, 2009, p. 46).

2.2 SURGIMENTO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL

No Brasil, na década de 1970, surgiram grupos politizados voltados para a conscientização e a defesa dos direitos d@s homossexuais, de forma mais precisa, a partir de 1978 em meio à iminente queda do Regime Militar⁷ (GREEN, 2000). Neste contexto grupos de mulheres, negr@s, homossexuais resistiram reivindicando a anistia d@s pres@s e exilad@s políticos, visando mudanças sociais.

A contestação *inicial* do regime foi feita basicamente pela *intelligentsia* radicalizada, num momento dramático em que a classe operária encontrava-se desmobilizada e sofrendo uma repressão que os donos do poder não ousavam estender para as classes médias intelectualizadas [...]. (FREDERICO, 1985, p. 188)

No período do regime militar as sociabilidades gays continuavam acontecendo mas, ocorreram muitas censuras aos espetáculos de transformistas e travestis nos principais salões do eixo Rio – São Paulo, como também detenções a homossexuais que procuravam ter encontros clandestinos nas ruas (GREEN, 2000).

O regime Militar não tolerava a oposição. Portanto, os exílios tornaram-se uma constante. As reuniões públicas eram penalizadas, mas, existia uma brecha dentro de todo autoritarismo existente, pois aquilo que não era visto, era permitido, ou seja, se você, ao menos, não se opusesse ao regime e organizasse suas reuniões em lugares privados de forma a não chamar a atenção e os espetáculos promovidos, pelas casas especializadas, não fossem ofensivos à dita moralidade e os bons costumes, então poderia acontecer. (PASSAMANI 2010)

Portanto, partindo do pressuposto de uma liberdade vigiada, Franco e Gontijo discorrem:

A década de 1970, foi um período de grande diversificação dos movimentos sociais [...] no Brasil, década marcada pelo fechamento gradual da política decorrente do golpe de 1964, a sociedade vivenciou uma dura realidade a partir de 1968, quando o

⁷ De acordo com Passamani (2010) O regime militar no Brasil teve o seu início em 1964 e se estendeu até 1985.

Ato Institucional nº 5⁸ exterminou os direitos políticos da população, destruindo a própria noção de cidadania imprimindo uma forte censura, sendo que as pessoas não podiam se rebelar completamente contra o sistema [...]. (FRANCO E GONTIJO, 2015, p. 9)

Tendo em vista o exposto, pode-se perceber que mudanças eram necessárias dentro da sociedade brasileira e o desejo de mudança, realmente, assolava a sociedade nesse período. Ou seja, o desejo de cada indivíduo de viver em uma sociedade democrática livre de opressões, onde a liberdade emanasse, era cada vez mais constante (FRANCO; GONTIJO 2015). E, em meio as reivindicações e revoltas, que culminaram em sentimentos de descrédito, concernentes a política e ao sistema vigente, é, que, também, o movimento homossexual foi criando forças para o desabrochar da sua existência. Como Ressalta Ferrari (2011, p.105)

[...] Reivindicações e revoltas que acabaram por trazer aos manifestantes brasileiros, entre outros sentimentos, o descrédito na política vigente e um inconformismo com aquele sistema repressor. Formou-se um grito de contestação latente e um desejo incontrolável pela subversão dos valores sociais, que foram criando força para que o movimento homossexual desabrochasse cada vez mais.

No bojo deste cenário, ativistas gays fundaram o jornal “Lampião da Esquina” e logo depois o grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual. O jornal, em formato tabloide, voltado para o público homossexual, teve sua existência durante os anos de 1978 a 1981, “[...] era produzido por um grupo de escritores e intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo, e se declarava um veículo para discussões de sexualidade, discriminação racial, artes, ecologias e machismo.” (GREEN, 2000, p. 273). O jornal “Lampião da Esquina” surgiu, também, para contribuir com a desmistificação da personagem estereotipada vítima de preconceitos, referentes aos homossexuais, advindas da sociedade heteronormativa, da época, como também, para trazer a visibilidade do movimento homossexual para dentro dessa sociedade (SCHULTZ; BARROS, 2011).

Mesmo que desde o seu início o editorial de “O Lampião da Esquina” ressaltasse que o jornal era voltado para as minorias (mulheres, negr@s, travestis, ecologistas, etc.), fica bem explícito que, o mesmo, tem o seu destaque para os homossexuais masculinos. Pois, havia o

⁸ AI-5 (Ato Institucional número 5) [...] Baixado em 13 de dezembro de 1968, assinado pelo general-presidente Arthur da Costa e Silva, o AI-5 fazia parte de uma estratégia [...] do regime militar que se encontrava descontente com os rumos da política brasileira. Composto por 12 artigos [...] o ato conferiu poderes excepcionais ao Executivo e praticamente eliminou todas as liberdades individuais e institucionais ainda existentes no País. Foi revogado [...] em 1978, pelo general-presidente Ernesto Geisel, na retomada do processo democrático. (DOMINGUES; PINHEIRO; LIMA, 2007). Disponível: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/7%20-%20ai5%20o%20golpe%20dentro%20do%20golpe.pdf>.

espaço editorial para os outros grupos mas, existia resistência, dos mesmos, para participarem, desse espaço ao menos logo nas primeiras edições do jornal (SCHULTZ; BARROS, 2011).

O Jornal “Lampião” era bastante diferente de todos os tipos de imprensa homossexual que havia lhe precedido, pois reunia em seu conselho editorial um conjunto de jornalistas, intelectuais e escritores de peso dentro do âmbito cultural brasileiro, nomes como: Agnaldo Silva (então repórter policial de O Globo), Antônio Chrysóstomo (crítico de música popular que trabalhara na revista Veja e O Globo), Darcy Penteado (artista plástico também dedicado a literatura), dentre outros (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

O impresso alternativo “Lampião da Esquina” conseguiu marcar significativamente a história da imprensa brasileira, conseguindo obter êxito aos ideais iniciais propostos, ou seja, abriu espaços, durante os seus três anos de existência, para grupos de “minorias” antes ignorados, como os homossexuais, negr@s, mulheres e travestis e tentou inverter a visão marginalizada de homossexuais diante da sociedade brasileira ((SCHULTZ; BARROS, 2011). Ainda que o público da imprensa alternativa fosse limitado, ao que tange ao custo do jornal, não se pode desconsiderar a importância desse jornal ao que concerne a realidade de homossexuais brasileir@s (PEREIRA; SEIBERT; IRSCHLINGER, 2012).

O primeiro Grupo de Afirmação Homossexual do Brasil - Somos – foi fundado em 1978, na cidade de São Paulo, era voltado para os direitos homossexuais, composto primeiramente por homens e, posteriormente por mulheres. Uma parcela do Somos focava a luta em prol dos direitos das mulheres e d@s Negr@s. Nos dois primeiros anos de existência o Somos inspirou a formação de pelo menos sete outros grupos, que se reuniram em São Paulo por ocasião do Primeiro Encontro de Grupos Homossexuais Organizados, em abril de 1980.⁹ (GREEN,2000; SIMÕES; FACHINNI, 2009)

O tempo de vida do *Somos* e do Jornal *Lampião* não foi duradouro. O primeiro teve a sua divisão e, conseqüentemente, o seu fim, por motivos de ideologias contrárias, entre os seus integrantes, mais precisamente em Maio de 1980. O segundo teve o término de suas atividades devido, entre várias dificuldades encontradas, à queda brusca das vendas dos seus exemplares. (GREEN, 2000);

⁹ De acordo com Moura (2008) a primeira aparição pública do grupo Somos foi no dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro de 1979.

Em 1980 surge o Grupo Gay da Bahia (também conhecido como *GGB*), organização não governamental (ONG), sediada em Salvador. O grupo teve protagonismo na visibilidade e discussão sobre direitos sexuais no país, abrindo espaços para o surgimento de outros grupos no enfrentamento a homofobia. Em 1981, aconteceu o 1º Encontro de Homossexuais Organizados do Nordeste, sob a coordenação de integrantes do GGB.

O início dos anos 1980, além de ter presenciado o ressurgimento de grupos militantes politizados, foi, também, bastante conturbado para a comunidade LGBT e o seu ativismo dentro e fora do Brasil. O surgimento de uma nova epidemia (HIV-Aids), “[...] termo composto pela justaposição das siglas em inglês referentes ao vírus causador da imunodeficiência humana e à própria síndrome da imunodeficiência adquirida.” (SIMÕES; FACHINNI, 2009, p. 191), abalou as estruturas do movimento homossexual nos Estados Unidos e no resto do mundo.

2.3 LGBTs: RESISTÊNCIAS

De acordo com Miskolci (2011) na década de 1980, a sociedade brasileira se deparou com o drama da epidemia de HIV/Aids, na dinâmica da redemocratização do país. Neste período o movimento sanitarista, composto por médic@s das universidades e do Movimento Homossexual Brasileiro, conseguiu capilaridade no Estado, propiciando um ambiente mais favorável às reivindicações dos movimentos sociais e as pautas surgidas pela epidemia. Desta forma, o movimento homossexual teve êxito no diálogo com o Estado para a construção do programa de Aids no país. (MISKOLCI, 2011).

O alarmante aumento da infecção de HIV e a onda de violência contra gays, travestis e lésbicas explicitou e revelou que seus direitos eram precários dentro de um regime democrático. “[...] O primeiro caso de AIDS foi diagnosticado no Brasil em 1982 e a maioria dos brasileiros associou HIV e AIDS com gays [...]” (GREEN, 2000 p. 285).

Assim como nos Estados Unidos e no resto do mundo, no Brasil, a falta de informação acentuou a homofobia e os preconceitos dentro da sociedade brasileira. A associação da epidemia com a homossexualidade, acarretou o aumento da violência, da discriminação e do preconceito contra a comunidade LGBT mundial. No Brasil foram documentados o assassinato de mais de 1.200 homossexuais masculinos e femininos e de travestis entre meados dos anos 80. Como discorrem Pereira e Nichiata (2009, p. 3251):

A história da aids cuja origem infecciosa era desconhecida até 1983, está vinculada à homossexualidade, sendo chamada popularmente de ‘peste gay’ ou ‘câncer gay’, o que trouxe como consequência um reforço ao preconceito e à discriminação contra esse grupo social [...].

Conforme Miskolci (2011), a epidemia inicial de HIV/Aids gerou também a repatologização da homossexualidade em novos contornos, contribuindo para que certas identidades, vistas como ameaçadoras para a saúde pública, passassem por um processo de politização controlada. A epidemia HIV/AIDS configurou-se como divisor de águas na sociedade contemporânea e na constituição do movimento social.

Green (2000) corrobora com a linha expressada por Miskolci (2011) ao afirmar que as respostas à epidemia ocasionaram também transformações inovadoras no ativismo pela homossexualidade em diversos lugares. Cabe lembrar aqui a formação de grupos como o ACT UP/NY, nos Estados Unidos, que impulsionaram iniciativas semelhantes em outros países, os quais em parceria com a pesquisa científica postulava junto aos governos um plano global de enfrentamento à epidemia, denunciando a existência de atos legais discriminatórios que obstaculizavam a implementação de programas educativos eficazes

Retomando a discussão no âmbito das violências sofridas por homossexuais na década de 80, e, nos anos decorrentes, Green (2000 p. 287), discorre sobre a impunidade dispensada aos crimes contra os LGBTs. Impunidades, essas, ainda presentes, mesmo que em outros formatos:

A maioria desses assassinatos eram cometidos por indivíduos ou grupos não identificados que nunca foram processados [...] grupos diferentes estiveram envolvidos em violência e assassinatos contra homossexuais[...] nos anos 80 esquadrões da morte e grupos similares ainda operavam com impunidade. Alguns, sem elementos “subversivos” como alvos de suas preocupações, resolveram “limpar” a sociedade brasileira da “imoralidade. Um desses grupos, a Cruzada Homossexualista, mandou cartas ameaçadoras ao Grupo Somos em 1981.

Tendo em vista todos os fatos explanados, explicita-se a violação dos direitos humanos da população LGBT, ao que se concerne à segurança, aos direitos e a cidadania. As perseguições, violências e discriminações, de todas as formas, são cotidianas, principalmente em alguns âmbitos religiosos e na bancada parlamentar fundamentalista, que desconsidera a laicidade do Estado e os direitos e conquistas adquiridos pelo movimento.

Na década de 90, foram criadas ONGs voltadas para a causa LGBT com financiamentos de organismos internacionais, criação de parcerias do movimento com partidos políticos e o poder público. Em 1995 foi realizada a primeira parada do Orgulho LGBT no Brasil a partir da 17ª Conferência Internacional da International Lesbian and Gay Association (ILGA), no Rio de Janeiro. No mesmo ano, foi criada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, com 31 grupos fundadores. Atualmente, a ABGLT é uma rede nacional de 308 organizações afiliadas.¹⁰ Fortaleceu-se também a presença na mídia, a participação em movimentos de direitos humanos, a articulação com redes internacionais de promoção de direitos humanos e proposituras perante parlamentares em nível federal, estadual e municipal. (SIMÕES E FACHINNI, 2009).

A Conferência da ILGA realizada no Rio (a 17ª de sua história) contou com cerca de 1.200 participantes. A lista de recursos obtidos por esse evento é ilustrativa da dimensão atingida pelas conexões do movimento. Segundo o registro no Guia Oficial da Conferência houve apoio do Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST e AIDS; da Secretária Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, por meio da Divisão de Controle de DST e AIDS; dos sindicatos dos Bancários e Previdenciários, ambos do Rio, e dos Trabalhadores na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ; de duas ONGs internacionais ligadas à temática dos direitos humanos; de quatro empresas privadas e de quatro associações brasileiras: a ABIA e o grupo Pela VIDDA (ONGS-Aids sediada no Rio); O grupo gay da Bahia (GGB) e o grupo Dignidade. Durante a conferência, aconteceu a primeira Parada do Orgulho LGBT celebrada no Brasil. (SIMÕES; FACHINNI, 2009, p. 144)

Segundo Miskolci (2011) o movimento cresceu e inseriu novas demandas, tornando-se, já na década de 1990, movimento Gay e Lésbico e, depois GLBT Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis. Em 2008, na primeira Conferência Nacional GLBT – Direitos Humanos e Políticas Públicas, a ordenação das letras foi alterada colocando o L à frente da sigla.

Por fim, a publicitação do histórico do movimento contribui, segundo o autor, para definir seus dilemas presentes.

3. A DISCUSSÃO NO ÂMBITO ACADÊMICO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA *QUEER*

¹⁰ A página da ABGLT <http://www.abglt.org.br/port/index.php> possui conteúdos diversos, tais como: documentos de conferências, pesquisas, legislações, dentre outros.

No âmbito acadêmico foram criados núcleos de estudos, pesquisas e estudos sobre corpo, desejo, sexualidade e relações de poder. Ressalta-se na década de 90, no Brasil, o aparecimento da teoria “queer”, delineada nos Estados Unidos, na década de 1980.

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, diz Louro (2004, p. 38). A ideia dos teóricos foi a de positivar esta conhecida forma pejorativa de insultar os homossexuais. Segundo Butler, apontada como uma das precursoras de teoria queer, o termo tem operado uma prática linguística com o propósito de degradar os sujeitos aos quais se refere. “Queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” [...] Por isso, a proposta é dar um novo significado ao termo, passando a entender queer como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas.(COLLING, 2011, p. 3)

Miskolci (2012) atenta para o fato de que a *teoria queer* não implica necessariamente a temática da homossexualidade, mas sim a da abjeção, termo que se refere ao espaço que a coletividade em geral reserva para indivíduos que são considerados ameaças a ordem política, cultural e social. “A abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade.” (MISCOLCI, 2012, p. 24).

Nesta direção, Colling (2007, p 3), explica que um dos pilares da *teoria queer* alicerça-se no questionamento do que se denomina heteronormatividade homofóbica, ou seja, concepção daquelas que concebem o modelo heterossexual como o único correto e saudável, naturalizando a associação entre heterossexualidade e reprodução.¹¹

A pontuação desta discussão envolve a reflexão a respeito da construção social dos gêneros, na perspectiva de que não existe um sexo biológico com significação fora do âmbito social e histórico, refutando a associação linear da sexualidade ao sexo biológico. (BUTLER, 2008). A sexualidade não é compreendida como uma questão pessoal, algo “dado pela natureza”, mas é social, política, histórica aprendida no decorrer da vida de todos os sujeitos sociais. (LOURO, 2010, p. 11)

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades dessa sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas.

¹¹Várias produções acadêmicas estão sendo dinamizadas concernentes a Teoria Queer no Brasil, ressalta-se o I e II Encontro Desfazendo Gênero, ocorridos em 2013 e 2015, na Universidade Federal de Natal e Universidade Federal da Bahia, com a participação de mais de 1.500 pessoas do Brasil e do Exterior.

Nesta ótica, é impensável pensar numa identidade universal, fixa e linear dos sujeitos, Butler (2008) critica o binarismo de gênero, pautando a desconstrução da noção de gênero dominante que alicerça uma ideia de essência e de atributos considerados apropriados a homens e mulheres.

Essencial destacar que o texto de Joan Scott (1990) “Gênero como categoria útil de análise” é um dos expoentes do conceito gênero no Brasil e tem ressonâncias nesta discussão. Seguindo a conceituação metodológica, analítica e histórica da autora “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1990, p. 14).

O conceito relações de gênero apareceu no Brasil na metade dos anos 1980, o uso por meio de um frutuoso diálogo entre academia e movimento social, tendo sido incorporado nas Ciências Sociais pelo movimento feminista nos seus questionamentos e reivindicações sobre a situação social das mulheres (SCAVONE, 2010). Miskolci (2011, p. 32) pontua que a *Teoria Queer* configura-se como uma linha do feminismo: “[...] foram as feministas que criaram a *teoria queer*, feministas mulheres e homens. Enquanto parte dos estudos gays eram feitos por homens que não liam as feministas, a *teoria queer* é uma vertente do feminismo [...]”

Sujeitos que questionam a categoria universal mulher e homem, que deslocam conceitos rígidos e deterministas de masculinidade e feminilidades ligados com uma união heterossexual, sofrem conforme Colling (2007 p.3) “retaliações diversas, humilhações, violências e perda da vida.”

Mulheres e homens que vivem feminilidades e masculinidades de forma diferente das hegemônicas, por muitas vezes, não são considerados como mulheres e homens verdadeiros (LOURO, 1997).

Bento (2008, p. 559) enuncia:

Pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo; enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: ‘não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto; não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais.

Béguin-Verbrugge (2009) mostra que as formações discursivas configuram-se como processo de poder simbólico, político e econômico. No âmbito desta discussão pode-se afirmar o

acesso à informação como essencial para promover a equidade de gênero e condição *sinequa non* para o empoderamento individual e coletivo de gays, lésbicas, transexuais e travestis. “Neste cenário, é mister, que se criem meios de re –significação dos discursos, das interpretações hegemônicas vigentes com o objetivo de transformar as relações de gênero e enfrentar o sexíssimo, o racismo, a homofobia e a lesbofobia.” (CORTES; ALVES, SILVA, 2015, ENANCIB 2015)

Esta linha de pensamento inclui olhar para a importância da implantação de políticas públicas para a população LGBT, em especial para órgãos específicos de atendimento, a exemplo do Espaço LGBT, foco deste estudo, a qual configura-se como unidade informacional produtora de ações e práticas de enfrentamento a homofobia, a intolerância e as diversas formas de preconceito.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL

As políticas públicas voltadas para a população LGBT são essenciais para a concretização da cidadania e dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Mas, acompanhadas, a elas, podemos constatar, além das intenções positivas inerentes a essas ações, também, muitas dificuldades e desafios que surgem em forma de barreiras, como ressalta Melo; Avelar ; Maroja (2012, p. 410):

[...] o governo, a sociedade civil e outras atrizes sociais vêm enfrentando o desafio da garantia de direitos humanos e de cidadania para pessoas LGBT, que ainda são vistas por muitos como sujeitos não legítimos para reivindicar direitos na arena política ou até mesmo como não humanos o suficiente para terem sua integridade física, autonomia moral e liberdade existencial protegidas pelo Estado.

De acordo com Irineu (2009, p.3), “[...] as políticas públicas constituem o ‘Estado em ação’, ou seja, é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade [...]”. As políticas públicas assumem papel fundamental na manutenção ou superação das opressões de gênero e sexuais, podem reforçar desigualdades, quando as ações e os programas governamentais objetivam atender necessidades supostamente universais ignorando demandas específicas da população. (FARAH, 2004):

A parada LGBT criada na década de 1990, no Brasil, se tornou a primeira referência do movimento LGBT, na atualidade, ao que tange as lutas pelos direitos civis e contra a homofobia. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, lutavam para ver a concretização dos seus

direitos, enquanto cidadãos e cidadãs brasileiras, amparados pela Lei. Como ressalta Irineu (2009, p.11):

Na atualidade a maior referência dos movimentos LGBT brasileiros são as manifestações populares conhecidas como Parada do Orgulho LGBT, que se iniciaram no Brasil em 1995, no Rio de Janeiro [...] Estas manifestações têm sido marcadas pela luta por reconhecimentos de direitos civis, e principalmente por cobranças em torno de amparo legislativo, ou seja, a busca por criação de leis que definam as questões referentes à conjugalidade, parentalidade, proteção física e anti-discriminação LGBT no Brasil.

O primeiro passo para as reivindicações de direitos amparadas pela Lei, havia sido dado. Mas, foi somente em 2001 que se priorizou a criação de ações e promoções, voltadas para a questão das políticas públicas para os LGBTs, ao que tange a cidadania e os direitos humanos. E, essa conquista, foi oriunda do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), vinculado ao Ministério da Justiça, (MELO; AVELAR; MAROJA , 2012).

O período dos anos 2000 acarretou muitos benefícios, no âmbito do *poder executivo* (federal, estadual e municipal), ao que concerne a formulação e implantação de ações e programas referentes a políticas públicas, pois devido a existência de parlamentares vinculad@s a grupos religiosos, que questionavam ideias concernentes a direitos sexuais e reprodutivos, o movimento organizado LGBT voltou o seu foco, justamente, para o poder executivo (MELO; AVELAR; MAROJA, 2012). Apesar do movimento, também, ter conseguido algumas vitórias em âmbito judiciário como a união civil entre pessoas do mesmo sexo, como apresenta Melo; Avelar; Maroja (2012, p. 409): “[...] em 5 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade de votos, reconheceu as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo como entidades familiares [...]”

Dentre as principais ações e programas criados nos anos 2000, em prol da construção de políticas públicas, voltadas para a comunidade LGBT, destacam-se, segundo Melo; Avelar; Maroja (2012): *a criação do ‘Brasil Sem Homofobia’ – BSH* (2004) o qual trata-se de um programa com o objetivo de combater à violência e a discriminação contra a população LGBT e, conseqüentemente, a cidadania homossexual , o qual tem em seu corpo alguns elementos fundamentais como a capacitação de profissionais e representantes do movimento LGBT, divulgação de informações sobre direitos e promoção da autoestima e incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento e foi através dele que se deu a criação dos Centros de referências LGBT em todo o país; *a realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (2008), onde discutiu-se os direitos humanos e

políticas públicas para a comunidade LGBT como um caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; *o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT (2009)*, que tem em seu corpo, dentre vários elementos fundamentais, a questão da igualdade e respeito à diversidade, equidade, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos e controle social; *a publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3 (2009)*, o qual tem com base norteadora a interação democrática entre Estado e sociedade civil para que aconteça a igualdade de direitos em um contexto de desigualdades, segurança pública, combate a violência dentre outros, o qual tem como conquista, a regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo no ano de 2011; *a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT*, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos (2010); e *a implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010*, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil.

A criação dessas ações e programas foram e são essenciais para a comunidade LGBT. Mas, ainda precisam ser efetivadas, pois os dados explicitam a situação de violência a que estão expostos, como denuncia o Relatório sobre violência homofobia no Brasil: Ano de 2012, da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR):

Em 2012, foram registrados pelo poder público 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em setembro ocorreu o maior número de registros, 342 denúncias. Em relação a 2011 houve um aumento de 166,09% de violações, quando foram notificadas 1.158 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos (RELATÓRIO SOBRE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL, 2012).

Um ponto crucial referente as dificuldades encontradas no âmbito das políticas, em questão, é a falta de recursos para formular, implementar, monitorar e avaliar os programas e ações em nível municipal, estadual e federal. (MELO; AVELAR; MAROJA, 2012, p. 297).

[...] O BSH prevê a definição, a posteriori de indicadores e a realização de avaliações anuais, envolvendo representantes do Governo Federal e de organizações LGBT e de defesa dos direitos humanos. Até onde temos conhecimento, tais indicadores nunca foram definidos e o trabalho de avaliação ainda está por ser realizado.

A falta de recursos orçamentários e de sustentabilidade para dar continuidade aos projetos foi ressaltada no III Seminário de Capacitação dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e dos Núcleos de Pesquisa e Promoção da

Cidadania LGBT organizado pela SDH, onde em meio a uma tentativa de avaliar os trabalhos desenvolvidos, o cerne dos discursos de representantes dos diversos estados, participantes do seminário, foi a interrupção dos trabalhos, tendo em vista a escassez de recursos e a dificuldade de sustentabilidade.” (MELO; AVELAR; MAROJA, 2012).

Entre os muitos desafios apresentados, a deficiência da informação e, conseqüentemente, do conhecimento sobre a população LGBT, é realidade no país. Não existe um sistema nacional de informação sobre o perfil d@s usuári@s dos Centros de Referências, delegacias especializadas de atendimento, a respeito da dinâmica das violências e assassinatos. Tal deficiência foi mencionada no texto Base na Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2007)¹², o documento aponta que não é possível traçar com precisão os crimes de homofobia no Brasil, em decorrência de não possuírem categoria própria nas estatísticas oficiais. Muitas informações existem, nesses ambientes, mas, elas, geralmente, não são sistematizadas e quando são, não ultrapassam os seus locais de origem. E, quando ultrapassam esses limites, às vezes, não conseguem o devido apoio (divulgação) da imprensa e/ou de outros meios de comunicação, quer seja no âmbito analógico ou digital, para alcançar um número maior de pessoas.

Leal; De Carvalho (2008, p.13), apontam que:

[...] é urgente que haja dados sócio demográficos consolidados sobre a população GLBT brasileira, com todas as indicações sobre a complexidade de sua composição, primeiro passo para que se tenha uma visibilidade desse contingente populacional que leve à superação das visões de senso comum que têm prevalecido quando se trata de referir-se às pessoas GLBT de uma maneira geral. Na ausência de dados oficiais, que na verdade indicam um ‘desconhecimento oficial’, as pressões dos grupos de defesa dos direitos humanos de pessoas GLBT sempre esbarram na má vontade, ainda que haja setores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário simpáticos a políticas públicas de reconhecimento dos direitos humanos e de cidadania para as pessoas GLBT. Com dados oficialmente coletados pelo IBGE, no entanto, sairíamos todos do senso comum para o desafio de enfrentar a homofobia a partir de informações não especulativas sobre o alvo da violência motivada pelo simples ódio.

Partindo do exposto, pode-se inferir que a informação constitui insumo imprescindível para o desenvolvimento de pesquisas, o fortalecimento do planejamento da política pública, do monitoramento e do aprimoramento de ações no enfrentamento a homofobia. Mas, para essa informação se tornar apta, a ser disseminada, é preciso, a existência de um/a profissional da área, que a sistematize e a dissemine de forma ética e eficaz. @ arquivista se insere como essencial neste contexto.

¹² Fonte: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/texto-base-1a-conferencia-nacional-lgbt-1>

Por tanto, o papel d@ arquivista, na contemporaneidade, precisa ser tido não apenas como gerenciador/a da informação, mas, também, como um/uma provedor/a de mudanças sociais, como um/uma mediador/a entre a informação e a sociedade para que seja possível a abertura de discussões e, conseqüentemente, as mudanças cognitivas e culturais. Como bem discorre Duarte (2007, p.148) “[...] @s arquivistas devem transcender seu papel de custódios, se desejam sobreviver como profissionais neste século”. Ou seja, humanizar o papel d@ arquivista se faz necessário dentro do novo contexto contemporâneo. A atuação d@ arquivista poderá contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

O termo mediação vem sendo utilizado, com maior frequência, na literatura dos diversos campos do conhecimento. No campo da Ciência da Informação, adota-se o conceito proposto por Almeida Junior:

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação direta ou indireta, consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaz, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 46).

Ao discorrer sobre apropriação e mediação da informação, o autor subverte a concepção d@ usuári@ [gestor/a] como mero receptor/a na dinâmica comunicacional, postulando que a informação “não existe antecipadamente, mas apenas na relação da pessoa com o conteúdo presente nos suportes informacionais”. No processo de apropriação da informação @ usuári@, gestor/a configura-se como receptor/a e coprodutor/a por meio da relação dialética que se estabelece entre os seus conhecimentos prévios – capital cultural, político, econômico e os conteúdos informativos apresentados. (CORTES; ALVES, SILVA; 2015). Nesta dinâmica, compreende-se a informação na perspectiva da modificação, da ressignificação, da transformação do conhecimento do indivíduo. “[...] A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas” (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 97).

Barreto (2002) enuncia que a relação entre informação e conhecimento, só se realiza se a informação for percebida e aceita como tal, colocando o indivíduo em um estágio melhor de desenvolvimento, consciente consigo mesmo e no espaço social em que interage.

Nesta perspectiva, conforme Cortes; Alves; Silva (2015) o acesso a novos conhecimentos assume potencial para que os indivíduos ampliem suas cosmovisões, desestabilizem ‘verdades’ e interpretações rígidas a respeito dos fenômenos, ocasionando o questionamento e a avaliação das ações do seu próprio contexto.

4. A INFORMAÇÃO E O PAPEL SOCIAL D@ ARQUIVISTA

Tendo em vista o exposto, pode-se inferir que a informação, é a chave primordial para o desenvolvimento de uma sociedade. E, como vivemos na “Sociedade da Informação”, não podemos nos desvincular dessa máxima, como discorre Capurro; Hjørland (2007, p. 149)

O conceito de informação como usado no inglês cotidiano, no sentido de conhecimento comunicado, desempenha um papel central na sociedade contemporânea. O desenvolvimento e a disseminação do uso de redes de computadores desde a segunda Guerra mundial e a emergência da ciência da informação como disciplina nos anos 50, são evidências disso. Embora o conhecimento e a sua comunicação sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação.

A informação está presente em todos os aspectos de nossa vida. Existem várias vertentes desse fenômeno (informação), que vão das informações genéticas, biológicas até as informações com dimensões dialógicas entre os seres humanos, tendo em vista a necessidade de todo o ser vivo de trocar informações para algum determinado propósito. Por tanto, esse fenômeno é a chave mestra para se viver em sociedade, seja ela qual for.

Mas, para que aconteça o acesso à essas informações, no âmbito humano, analógico e/ou digital, e, para que, as mesmas, possam exercer o papel de mediadoras dentro da sociedade, com o intuito de suscitar mudanças comportamentais e culturais, é preciso que, as mesmas, passem por um processo técnico de gestão para que possam ser disponibilizadas de forma qualificada. Ou seja, é preciso que aconteça um gerenciamento das informações, desde a produção, o seu uso, até o seu destino final (SILVA; FUJITA; DAL’EVEDOVER, 2009),

Como ressalta, Gomes (2014, p 57):

[...] quando se considera a mediação da informação como uma ação de interferência, que traz implicitamente uma preocupação como o risco da manipulação e da interlocução, a dimensão ética da ação mediadora é mais uma vez evidenciada, o que reclama pelo desenvolvimento da consciência competência para uma interferência sem manipulações, garantindo o acolhimento, a escuta, a observação e o diálogo com os envolvidos na ação, como também o direito de acesso a diversidade de ideias e o livre pensar, inibindo a censura e tratamento desigual.

Por isso a existência de arquivos e de profissionais arquivistas, foi e é de suma importância para a sociedade, no decorrer da sua história, e, conseqüentemente, para a

sociedade contemporânea. Pois, esse profissional pode contribuir no gerenciamento da informação, nos seus respectivos ambientes, e disponibiliza-la para a sociedade de forma correta e honesta (DUARTE, 2006-2007).

Contudo, foi com o advento da Ciência da Informação (CI), que é uma ciência interdisciplinar e o seu diálogo, também, com a arquivologia, que o leque de possibilidades para o tratamento da informação se ampliou, dando, com isso, uma enorme contribuição a sociedade ao que concerne a disseminação da informação e, conseqüentemente, as suas mudanças cognitivas e culturais (SILVA; FUJITA; DAL'EVEDOVE, 2009).

A CI tem a sua gênese datada em 1950, e teve como motivo principal para o seu surgimento a excessiva atenção que @s profissionais, das áreas dos arquivos, Bibliotecas entre outras que, também, faziam e fazem parte do campo interdisciplinar da CI, davam ao suporte que estava registrado, deixando a informação e a sua disseminação em um plano secundário (ARAÚJO, 2014).

Aconteceu nesse período dois fatos que marcaram a história da CI como relata Silva; Fujita; Evedove (2009, p. 283)

Neste período, dois fatos marcaram a história da CI: o primeiro referente à publicação da obra de Paul Otlet denominada *Traité de Documentacion: le livre sur le livre – theorie et pratique* (1934), a qual lança os fundamentos epistemológicos para o conceito da nova Ciência da Documentação, de caráter universal, que em 1958 seria denominada de Ciência da Informação e; o outro evento deve-se a publicação do artigo *As we may think*, de Vannevar Bush (1945), no qual o referido autor delineia uma proposta para o tratamento e uso da informação em conformidade com as tecnologias da época, idealizando o MEMEX¹³.

Com o advento dessa nova ciência, que tem como incumbência principal a informação, nos âmbitos analógicos e digitais, e a sua disseminação, de maneira ética e confiável, vários governos, no mundo inteiro, passaram a investir em projetos voltados para a área informacional, como discorre Silva; Fujita; Evedove (2009, p. 283): “Naquele momento governos do mundo inteiro passam a apoiar projetos de cunho informacional tendo em vista que a ciência e a tecnologia são estrategicamente importantes para o desenvolvimento da sociedade [...]”.

A CI passou por vários processos de transformação, no decorrer da sua história, proporcionando inúmeros benefícios dentro da sociedade, tendo em vista o seu cunho interdisciplinar, que abrange as ciências sociais, tecnológicas, biológicas, dentre outras. A

¹³O Memex foi uma máquina visionária imaginada para auxiliar a memória e guardar conhecimentos. O cientista americano Vannevar Bush anunciou-a em 1945, no célebre artigo intitulado *As We May Think* (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Memex>)

interdisciplinaridade é de suma importância para a sua caracterização. Como aponta, Araújo (2014, p.27):

[...] Diferentes subáreas foram formadas, conceitos formulados e reformulados, caracterizações problematizadas e discutidas, relações com outros campos de conhecimento tensionadas e concretizadas. Desenhos singulares do campo foram sendo formados, como podem evidenciar a *information science and technology* dos Estados Unidos, os *information studies canadenses*, a *library and information science* da Inglaterra e dos países escandinavos, as *sciences de l'information et de la communication* da França, as *ciencias de lado cumentación* da Espanha, entre outras [...]

Por tanto, tendo em vista o exposto, entende-se que a CI surgiu para nortear novos fazeres informacionais, dentro da sociedade, ao que concerne o seu vasto e complexo campo, fazeres, esses, que contribuem para delinear caminhos em vários âmbitos. Como discorre Araújo (2014, p.27):

A história da Ciência da Informação tem sido, pois, a história da diversidade. Modelos de compreensão distintos, campos de estudo diversos, variados objetos empíricos têm evidenciado a inexistência de um corpo teórico unificado e acabado. Alguns vêem nesta condição um sintoma de imaturidade ou fragilidade. Mas, na verdade, tal característica pode ser vista também como uma potência, um aspecto intelectualmente estimulante. Ser espaço da convivência do diverso tem feito da Ciência da Informação um campo com muita criatividade para a formulação de novos conceitos, muita agilidade para a compreensão de novos fenômenos [...] além do fôlego para dialogar com as mais distintas áreas disciplinares [...].”

Pode-se inferir que a CI tem papel fundamental dentro da sociedade contemporânea ao que tange a disseminação da informação com o intuito de expandir conhecimentos. Ou seja, a mesma pode ser tida como mediadora fundamental para quebra de paradigmas e mudanças culturais dentro da sociedade atual. Como bem coloca Silva;Fujita;Evedove (2009,p.284):

A CI apresenta-se como sentido dinâmico, instável e potencialmente catalisadora dos estudos sobre fenômenos informacionais, cujo objetivo é compreender as relações humanas mediadas pela informação e os desdobramentos dessa ação considerando todas as suas configurações fenomenais, suas qualidades, características e singularidades. Para tanto, torna-se imprescindível compreender, do ponto de vista do sujeito, os aspectos sociais e técnicos envolvidos na ação de produzir, sistematizar, organizar e disseminar [...] a informação [...].”

A CI é mediadora para novos contextos de significados dentro da sociedade, acarretando, com isso, o impacto que determinada informação terá dentro de cada contexto. Como ressalta Nascimento; Marteleto (2004) no resgate do sentido ontológico do conceito informação, no seu sentido ampliado, pode-se entender que, a mesma, pode ser capaz de

criar ou ‘informar’ novos contextos de significados, ou seja, implica em inferir que a CI não está apenas mergulhada no contexto da comunicação ou mesmo dentro de uma estrutura comunicacional.

4.1 ARQUIVOLOGIA/ARQUIVISTA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E CIDADANIA

A arquivologia surge como consequência da dinâmica histórica e social da Revolução Francesa de 1789, com a criação do Arquivo Nacional da França (SILVA; FUJITA; EVEDOVE, 2009).

É possível encontrar várias etapas inerentes as transformações da arquivologia, que passam pelo surgimento do princípio da proveniência, que é um dos alicerces fundamentais dessa ciência, criado pelos franceses em 1841 e reformulado pelos alemães e holandeses em 1874. Abrange também a expansão da visão dos arquivos permanentes, para os arquivos correntes oriundos do governo dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial; encontrando na informação para tomada de decisões o caminho para uma ‘nova Arquivística’ embasada pelas obras de estudiosos da área como: Schelemborg, Jean-Yves Rousseau, Carol Couture e Armando Malheiros. (SILVA; FUJITA; EVEDOVE, 2009).

Segundo Bellotto (2009, p.1) o objetivo da arquivologia é: “[...] o acesso a informação, desde aquela que é imprescindível para o processo decisório e para o funcionamento das atividades governamentais [...] como a que atua como testemunho dos direitos do cidadão [...]”.

Tendo em vista o objetivo da arquivologia é importante ressaltar seus principais objetos, elencados por Bellotto (2009): “o documento, o arquivo como conjunto documental e o arquivo como entidade”. A autora destaca o ‘arquivo como conjunto documental’ como objeto fundamental da área, ressaltando ser o *acesso a informação* o foco dos arquivos independente de qual idade documental estejam (corrente, intermediário ou permanente).

E, ainda, enfatizando o fenômeno informação Bellotto (2009, p.1) discorre:

Poderíamos, talvez, de um outro ponto de vista, tomar a informação como um objeto intelectual da arquivologia, considerando os demais como objetos físicos. Entretanto, mesmo assim, na dicotomia objeto intelectual/objeto material talvez coubesse considerar o dado como o objeto intelectual, continuando a ser o acesso à informação, o objetivo do que fazer arquivístico.

Em discussão a respeito do papel dos arquivos na sociedade, Duarte (2007) aponta que a Arquivologia tem suscitado reflexões, mudanças de conceitos sobre o papel do Arquivo na sociedade contemporânea. O fazer arquivístico por meio da disponibilização do ‘acesso a informação’, objetivo principal da arquivologia e, conseqüentemente, dos arquivos, pode suscitar alterações cognitivas e culturais, impulsionando alterações nas condições objetivas e subjetivas dos agentes sociais. (DUARTE, 2007).

Nesse sentido, @ profissional arquivista além de gestor/a e custodiador/a da informação, assume o papel de mediador/a desse processo dinâmico que se chama informação. Como, bem ressalta Duarte (2007, p. 147): “Nos recentes debates sobre o papel d@ arquivista na era da informação, a idéia de que esse/essa profissional precisa se preparar para a era pós-custódia dos arquivos, é repetidamente expressa [...]” “@s arquivistas devem transcender seu papel de custódios, se desejam sobreviver como profissionais neste século” (DUARTE, 2007, p. 148).

No que tange a transcendência d@ arquivista, Gomes (2014, p. 47) discorre, afirmando que: “@ profissional da mediação da informação age, constrói e interage nos mais distintos espaços sociais, sendo protagonista social, e nessa situação se constitui em “sujeito da estética, da ética e da produção humanizadora do mundo.”

No que diz respeito ao arquivista considera-se que a atuação em unidades informacionais não tradicionais, a exemplo do Espaço LGBT, por meio da mediação da informação e do apoio técnico à equipe profissional para qualificar a produção da informação, em especial da ancoragem estatística, poderá contribuir para a produção de conhecimentos aprofundados sobre a dinâmica da violência contra LGBTs e, conseqüentemente, subsídios consolidados para as ações de intervenção social.

Não se pode entender o mundo hoje sem que se compreenda o alcance, a importância e o peso da decantada globalização, tomada esta não no sentido menos restrito dos termos puramente econômicos e sim no da sua dimensão mais ampla: a do conhecimento mútuo, da comunicação, do intercâmbio, da transformação e da adaptação (quando necessárias), em prol de uma tentativa de cooperação e entendimento universais e em benefício de uma qualidade de vida mais satisfatória e benéfica ao ser humano em todos os quadrantes da Terra.(BELLOTTO, 1998, p.1).

A citação de Bellotto é bastante pertinente ao que foi exposto, no que tange a informação e a sua contribuição dentro da sociedade contemporânea.

Ancoradas na linha de reflexão de que a informação configura-se como fonte de saber e poder, a produção, organização, acesso, disseminação e interpretação da informação localiza-se como elemento fundamental para potencializar as resistências frente às mais distintas formas de opressão sobre LGBTs.

Pode-se entender também, através de tudo o que se foi exposto, no caso, aqui, do estudo apresentado, que as informações, advindas do espaço LGBT, também, se transformarão em memória, a qual fará parte da história não apenas dos LGBTs, mas de toda a sociedade paraibana. E, que essa memória será disseminada para gerações futuras, tendo em vista que o fenômeno da disseminação é tudo aquilo que se pode tornar público e que consiste na produção de conhecimentos gerados ou organizados, a qual assume formas variadas dependendo do seu enfoque (LARA, 2003), contribuindo, com isso, para o enfrentamento a opressões e a homofobia e, conseqüentemente, na construção do conhecimento e de novas identidades, tendo em vista que a memória é alicerçada na tentativa de resgatar e (re)constituir o passado para a uma nova construção de identidades (POLLAK, 2007). Como ressalta Le Goff (1990, p. 423): “[...] a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas [...]”

5. CAMINHOS DA PESQUISA

No caminho da pesquisa serão apresentadas as *técnicas* e os *métodos* utilizados para a construção desse estudo. Ou seja, serão descritos o tipo e natureza da pesquisa, os instrumentos de coletas e análises de dados e o campo da pesquisa, objetivando esclarecer passo a passo o caminho percorrido. Como discorre Kotait (1981), o *método* pode ser tido como o caminho e a *técnica* pode ser vista como o modo de caminhar.

5.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para a revisão da literatura a respeito da Ciência da Informação, Arquivologia, História do Movimento LGBT e Políticas Públicas implantadas para a comunidade LGBT no Brasil. Como ressalta Fonseca (2002, p. 32) “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre @ assunto.” (FONSECA, 2002, p. 127)

O fundamento metodológico deste estudo é a abordagem quantitativa, tendo em vista que se pretendeu classificar e descrever indicadores e tendências observáveis do perfil d@s usuáři@s do Espaço LGBT. (MINAYO; SANCHES, 1993).

A pesquisa alicerçou, também, na pesquisa descritiva a qual objetiva conhecer as distintas situações e relações que ocorrem na vida social, política, cultural, e demais fenômenos do comportamento humano. Os estudos descritivos buscam descrever as características, as experiências, as relações existentes nas comunidades, grupos ou realidade a ser pesquisada. (CERVO; BERVIAN, DA SILVA, 2007). Esse tipo de pesquisa, busca descrever um fenômeno ou situação detalhadamente, especialmente, o que está acontecendo, permitindo, com isso, uma compreensão com maior exatidão, das características e situação de um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos (SELLTIZ, 1965).

5.2 INSTRUMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente, para contextualizar o campo de pesquisa, foram realizadas visitas ao Espaço LGBT para conhecer a equipe técnica, o trabalho desenvolvido e os arquivos. O instrumento de coleta de dados utilizado para a construção desse estudo foi a pesquisa documental realizada em fontes como fichas de atendimentos, arquivo (analógico e digital), fotografias, relatórios e documentos informativos acerca das ações desenvolvidas pelo Espaço LGBT. (LUDKEÇ ANDRE, 1986).

Profissionais do órgão concebiam a importância dos dados para incrementar o trabalho, mas a gestão informacional não era delineada a partir das técnicas de organização arquivística. Desta forma, diagnosticou-se alguns problemas no armazenamento dos documentos e nos registros d@s usuáři@s: ausência de informações necessárias para a identificação socioeconômica e para o mapeamento da situação de violência, falta de padronização na tipificação da violência, na situação no mercado de trabalho, na caracterização racial, dentre outros. Diante esta situação, elaborou-se, em parceria com a gestão do Espaço LGBT e da SEMDH, um plano de organização das fichas, objetivando traçar procedimentos de categorização e uniformização dos registros e a recuperação eficiente e rápida da informação.

As atividades desenvolvidas no processo de pesquisa foram dinamizadas por meio do compartilhamento de saberes entre @s profissionais do Espaço LGBT e a equipe da pesquisa. Conforme Marteletto (2009). A construção compartilhada do conhecimento configura-se como

novas formas de combinar conhecimento teórico e prático para que se alcance uma compreensão mais adequada de mudanças e melhorias das condições de vida.

Desta forma, foram realizadas reuniões sobre as estratégias de classificação, organização, armazenamento e recuperação das informações produzidas no órgão visando a troca de saberes entre a equipe de pesquisa, do espaço LGBT e da SEMDH objetivando potencializar a tomada de decisões no campo das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da homofobia.

Frente a estas constatações, elaborou-se, em parceria com a gestão do Centro, um plano de organização das fichas, com vistas a traçar procedimentos de categorização e uniformização dos registros. Esta padronização das informações foi essencial para a elaboração dos gráficos no programa Excel. A análise dos dados foi dinamizada por meio da estatística descritiva, foram realizadas visitas semanais no período de Junho de 2014 a Junho de 2015, onde foi possível coletar os dados, transferi-los para o âmbito digital, organizá-los, classificá-los e transformá-los em gráficos. Aqueles coletados no âmbito analógico foram inseridos em planilhas eletrônicas salvas nas “nuvens”.

5.3 CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia da Paraíba (Espaço LGBT)¹⁴, criado em junho de 2011, pelo governador Ricardo Vieira Coutinho. É vinculado a Gerência Executiva de direitos sexuais e LGBT/da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH).¹⁵ Apresenta como missão, promover a cidadania e os direitos humanos de LGBT, como também, enfrentamento a homofobia e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Uma de suas ações é fazer a articulação entre os serviços e atores sociais, governamentais e não governamentais, para formação de uma Rede de Proteção e Garantia dos Direitos de LGBT. A rede tem o objetivo de qualificar o atendimento à população e elaborar estratégias de ações Inter setoriais para o enfrentamento à homofobia e a todas as formas de violações de direitos.

Foto 1 Refere-se a sede em que o órgão funcionou até novembro de 2015. A foto 2 mostra a nova sede.¹⁶

¹⁴ O órgão localiza-se na Avenida Princesa Isabel nº 164 Centro, João Pessoa/PB.

¹⁵ A SEMDH é coordenada pela Secretária Gilberta Santos Soares e o Espaço LGBT por Angela Chaves. A equipe da Equipe da Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT é formada por: Roberta Rocha Schultz - Gerente Executiva. Marcos Paulo Linhares - Gerente Operacional de Promoção da Cidadania LGBT e Victor Pilato - Gerente Operacional de Combate à Homofobia.

¹⁶ Importante destacar que anteriormente a implantação do Espaço LGBT existiram duas Ongs relevantes na luta contra a homofobia e direitos dos LGBTs no Estado. O Movimento do Espírito Lilás – MEL, criado em 22 de março de 1992, tida como o primeiro movimento gay

Figura 1 Antiga sede do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT



Fonte: Equipe do Espaço LGBT

Figura 2 -Nova sede do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT



Fonte: Equipe do Espaço LGBT

do estado da Paraíba e a Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba - ASTRAPA, que é entidade não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 19 de Outubro de 2002, a qual tem por finalidade o enfrentamento ao preconceito, discriminação e violência contra travestis, transgêneros e transexuais. O MEL é presidido, atualmente, por Renan Pameira e a ASTRAPPA atualmente, é presidida por Fernanda Benvenutty.

Foto 3 apresenta a equipe do Espaço LGBT. A esquerda do painel, @ coordenador@r geral do Espaço LGBT Ângela Chaves, @ Agente de Direitos Humanos Viviane Lira e @ Psicólogo@ Gleidson Marques. No centro do painel, @ Assistente Social Renildo Lúcio de Moraes, @ Agente de Direitos Humanos (Gel Laverna) e @ Advogada Josilesses Abel Ferreira.

Figura 3 -Equipe do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT: A esquerda do painel, @ coordenadora/or geral do Espaço LGBT Ângela Chaves, @ Agente de Direitos Humanos Viviane Lira e @ Psicólogo@ Gleidson Marques. No centro do painel, @ Assistente Social Renildo Lúcio de Moraes, @ Agente de Direitos Humanos (Gel Laverna) e @ Advogada Josilesses Abel Ferreira



Fonte: Equipe do Espaço LGBT

O espaço LGBT é composto por profissionais das áreas de assistência social, psicologia, direito, educador@s populares e a coordenadora geral. A equipe oferece a assistência necessária aos/às usuári@s, dentro das áreas:

- ✓ *Jurídica* (Acompanhamento jurídico de processos de violação de direitos de LGBT, casos de adoção por LGBT ou casais homoafetivos, divisão de bens, casamento civil ou união estável, mudança de prenome para travestis e transexuais e de acesso a benefícios previdenciários). A autorização para alteração do nome ocorre em situações em que travestis e transexuais argumentam o nome não condiz com a imagem e identidade de gênero, ocasionando constrangimento.
- ✓ *Psicológica*, (Escuta psicológica, atendimento com sessão semanal, grupo de travestis e transexuais, terapia individual para o processo de transexualização e acompanhamento psicológico de familiares de LGBT);
- ✓ Serviço Social (Acesso ao serviço de documentação básica, Programa Bolsa Família, Cesta Básica, Auxílio Funeral, Banco de Alimentos, Prestação Continuada,

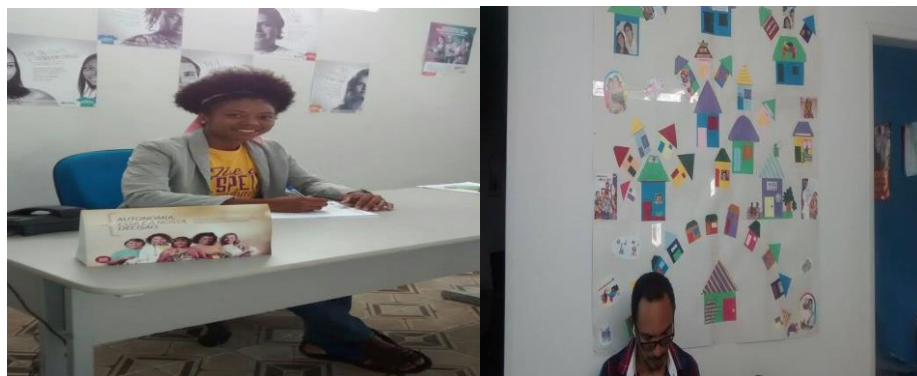
Programas do SINE e cursos de qualificação profissional e encaminhamentos para os serviços de saúde – psiquiatria, endocrinologia, urologia, fonoaudiologia, ginecologia, mastologia entre outros);

- ✓ *Direitos Humanos* (Agentes de Direitos Humanos fazem busca ativa referente às denúncias recebidas via Disque 100 – LGBT, da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República.

Foto 4 apresenta a sala de recepção do Espaço, em que Agentes de Direitos Humanos proporcionam o primeiro contato d@s usuáři@s com o órgão e os encaminham para @ profissional competente dependendo da necessidade. Na foto aparece a Agente de Direitos Humanos – Viviane Lira e um usuário do Espaço

Os atendimentos do Espaço LGBT são gratuitos, as sessões podem ser individuais ou em grupo e são dinamizados por psicólog@ responsável e por estagiári@s em Psicologia.

Figura 4- Sala da recepção com a agente de direito humanos (Viviane Lira) e usuário do Espaço



Fonte: Acervo do Espaço LGBT

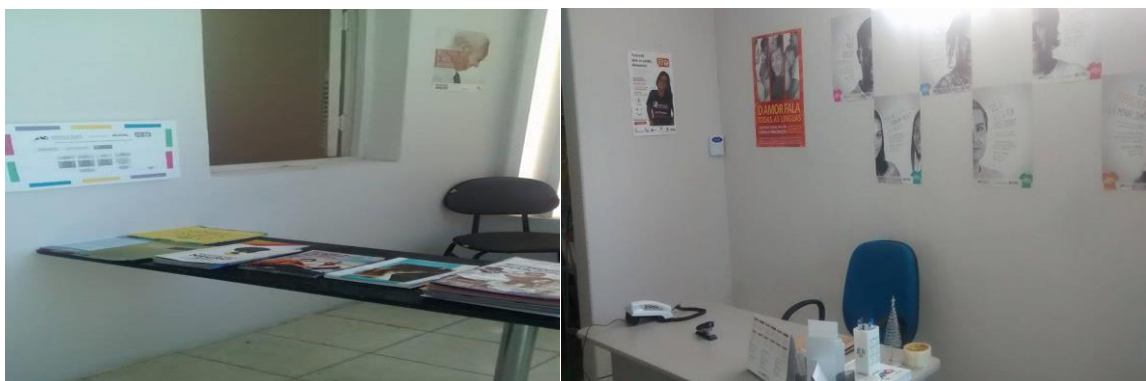
Foto 5, apresenta a sala d@ Coordenadora/or Geral (Ângela Chaves), a foto 6 apresenta a sala d@ Assistente Social Renildo Morais e d@ advogad@ Joselisses Abel Ferreira.

Figura 5- Sala d@ Coordenadora/or geral Ângela Chaves



Fonte: Equipe do Espaço LGBT

Figura 6- A direita: Sala d@ Assistente Social Renildo Morais e a direita: sala d@ advogad@ Joselisses Abel Ferreira



Fonte- Equipe do Espaço LGBT

Além das ações internas, o espaço LGBT promove seminários, cursos, @ficinas de capacitação em escolas, associações de moradores, CRAS, CREAS, universidades e apoia eventos do movimento LGBT no Estado.

A foto 7 abaixo, apresenta algumas das atividades promovidas pelo Espaço LGBT, como: o Dia da Visibilidade Trans., evento que discutiu temas como a luta pelos direitos humanos e cidadania de travestis e transexuais, além do enfrentamento à homofobia, a Corrida Estadual contra a Homofobia e o seminário de Direitos Humanos de LGBT que teve como foco principal construir uma rede de proteção contra homofobia da Paraíba.

Figura 7- Dia da visibilidade Trans (2014)



Fonte-Equipe do Espaço LGBT

Outro ponto de destaque do Espaço LGBT e da SEMDH são as campanhas educativas desenvolvidas para a subversão da homofobia.

A campanha “Tire o respeito do Armário” é a de maior repercussão no enfrentamento a homofobia no Estado. Foi lançada em agosto de 2012, com o objetivo de promover a mudança de mentalidades, bem como, enfrentar a lesbofobia, transfobia e homofobia, incentivando a denúncia de violências contra LGBTs. A campanha tem como foco as redes sociais, onde, diariamente, foram publicados, na Fan Page da SEMDH, banners eletrônicos com pessoas que vestiram a camisa da Campanha. Além disso, *spots* de rádio, *outdoors* e *busdoor* foram veiculados e distribuídos folders e cartazes, nas gerências regionais de saúde e de educação e nos pólos regionais da assistência social, além de setores privados e organizações da sociedade civil em todo o Estado.

Sair do armário é uma expressão conhecida de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e utilizada para se referir ao fato de alguém assumir o desejo por uma pessoa do mesmo sexo ou de mudança de gênero, revelando uma situação camuflada sobre a sua identidade sexual ou de gênero para o mundo em que vive. A lógica do armário atende aos inúmeros mecanismos sutis ou diretos, onipresentes, inflexíveis para manutenção da heterossexualidade. Sair do armário pode referir-se a assumir um relacionamento homossexual ou “montar-se” com vestimentas do outro gênero. (SOARES; SILVA, 2015, p. 3)

- ✓ **Resultados da campanha em 01 (um) ano de divulgação no Facebook:**
- ✓ - Mais de 400 mil visualizações das 428 fotos postadas;
- ✓ - 8.052 curtidas e 7.875 compartilhamentos (total em fotos);
- ✓ - A Campanha está em 20 países e 12 estados brasileiros;
- ✓ - Entre as pessoas que curtiram a Fan Page, 59% são do sexo feminino e 38% têm entre 25 e 34 anos de idade.

Figura 8- Campanha Tire o respeito do Armário (2012)



Fonte- Equipe do Espaço LGBT

Figura 9- Campanha Tire o respeito do Armário (2012)



Fonte- Equipe do Espaço LGBT

Figura 10- Campanha Tire o respeito do Armário (2012)



Fonte: Equipe do Espaço LGBT

Figura 11- Campanha Tire o respeito do Armário (2012)



Fonte: Equipe do Espaço LGBT

6. DISCUTINDO O ESPAÇO LGBT

As informações estatísticas apresentadas neste estudo constituem o primeiro mapeamento do perfil d@s usuari@s atendid@s no Espaço LGBT, desde a sua criação em 2011. No período de 2011 a 2014, 781 usuari@s, procuraram o espaço, como detalhado no quadro 1. No período, foram realizados mais de três mil atendimentos, tendo em vista que @ mesmo usuari@ recebe vários atendimentos durante um longo período no órgão. Em geral, @s usuari@s acessam o espaço por demanda espontânea ou pelo encaminhamento dos serviços da rede de enfrentamento. Realizaram-se mais de 5000 atendimentos nas atividades de divulgação do Espaço LGBT, promovidas em escolas, faculdades, atividades do movimento e ações itinerantes no Estado.

É importante ressaltar que a equipe do espaço LGBT concebia que a organização dos dados e sua disseminação eram importantes para potencializar o trabalho, alguns dados de atendimento estavam inseridos no programa excell, mas a gestão informacional era desenvolvida sem técnicas de classificação e organização arquivística. Desta forma, muitas informações estavam sem padronização, dificultando a padronização das informações e a produção de informação estatística. Após conhecimento do ambiente organizacional, elaboramos com profissionais da equipe e da SEMDH discussões a respeito da organização, armazenamento e recuperação da informação e, padronizamos as variáveis a serem trabalhadas, o que gerou a racionalização dos procedimentos e a organização da informação na gestão documental no Espaço LGBT.

Fazendo uma rápida análise no quadro 1, que será apresentado logo em seguida, pode-se perceber nitidamente a diminuição d@s usuári@s do Espaço no ano de 2014 com relação aos anos anteriores.

Tendo em vista essa problemática a equipe do Espaço LGBT, ressaltou que podem ter acontecido vários fenômenos que ocasionaram essa dispersão, como por exemplo: a demanda reprimida existente antes da implantação do órgão. Outra hipótese ressaltada pela equipe do Espaço sobre a problemática da diminuição d@s usuári@s é a diminuição, no ano de 2014, do número de campanhas e ações externas, promovidas pelo Espaço, as quais ocasionavam em benefícios para a população LGBT e, conseqüentemente, divulgava os seus serviços, como: seminários, cursos, oficinas de capacitação em escolas, CRAS, CREAS, etc.

São necessários estudos mais aprofundados para compreender o fenômeno em questão.

QUADRO 1 – Atendimentos do Espaço LGBT (2011-2014)

DADOS DE ATENDIMENTO DO ESPAÇO LGBT	
ANO	ATENDIMENTO
2011	121
2012	271
2013	234
2014	155
TOTAL	781

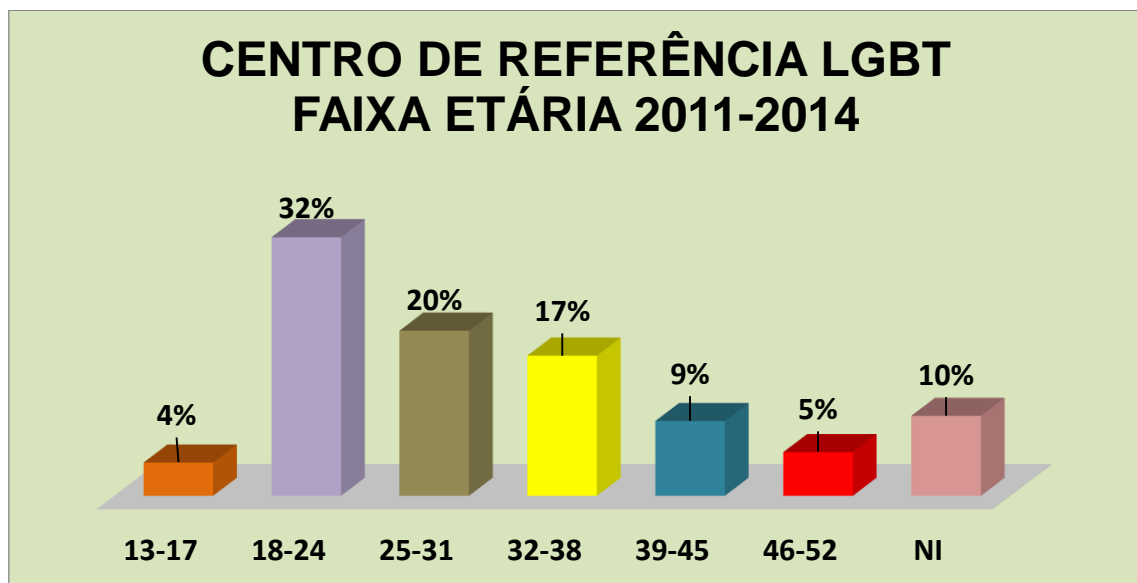
Fonte : Dados da Pesquisa 2015.

No que tange a faixa etária, mais da metade d@s usuári@s 56%, que se encaminharam ao Espaço LGBT, possuía entre 13 e 31 anos de idade, enquanto usuári@s entre 32-28 anos correspondem a 17%, 39-45 anos 9% e acima de 46 anos 5%, evidenciando ser a população LGBT mais jovem e adulta que está à procura do serviço.¹⁷ Há um decréscimo de procura pelo serviço, do segmento acima de 39-45 anos, e do grupo etário seguinte, acima de 46. Tal situação

¹⁷ A campanha foi publicada em diversas mídias impressas, entre elas, a Revista Radis, da FioCruz; com cerca de 100 mil assinantes e 30 mil visualizações da revista online

pode indicar que jovens buscam em maior quantidade o Espaço LGBT visando buscar orientações, denunciar violências, tendo em vista a aderência a transformações nas concepções de gênero, mudanças culturais com relação a publicação da violência e preconceitos LGBTs. Outro aspecto a ser mencionado e que a “[...] a população jovem e jovem adulta pode ser mais exposta à homofobia, por que culturalmente estão mais dispostas a manifestações públicas da afetividade/sexualidade [...]”. (PEREIRA, 2013, p. 14) Não é possível identificar os motivos pelos quais gays, lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros pertencentes a faixas etárias mais elevadas acessam menos o espaço LGBT, assim como afirmar que @s mesm@s não necessitam de informações e não sofrem violências. Pesquisas qualitativas para aprofundamento da situação são necessárias, mas o que podemos inferir é a importância da gestão do Espaço LGBT dinamizar análises para compreender a situação exposta, como por exemplo, refletir e delinear ações (campanhas, oficinas) para que LGBTs de diferentes faixas se aproximem do espaço e tenham acesso as informações disponíveis.

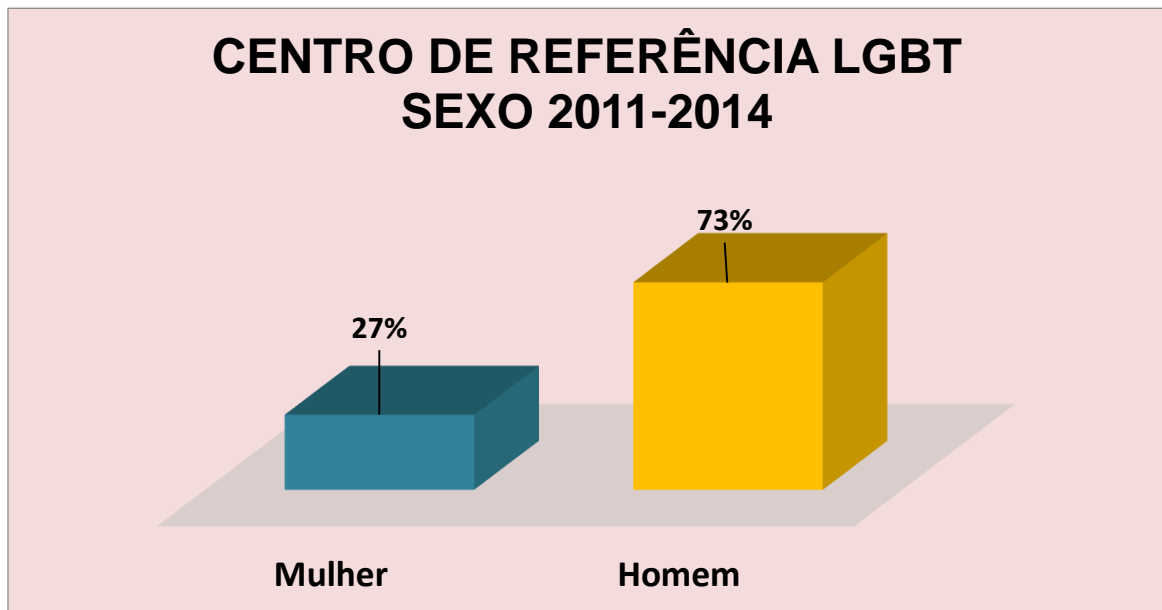
Gráfico 1 – Faixa Etária



Fonte: Dados da pesquisa 2015

Verifica-se no gráfico abaixo a presença majoritária das usuari@s do Espaço LGBT é do sexo masculino.

Gráfico 2 – Sexo



Fonte - Dados da Pesquisa, 2015

O gráfico 3 é referente a denominação LGBT, ou seja, como os indivíduos se identificaram pelas demandas que eles trouxeram para o serviço, como mudança de nome, violência sofrida, entre outros. É importante observar a diversidade de expressões indenitárias d@s usuári@s. Percebe-se que gays, transexuais (femininos e masculinos) e travestis compõem a maior demanda no Espaço LGBT, 72%, lésbicas 17%, bissexual, 8% e heterossexuais 2%. @s últim@s são pais de jovens que acessaram o serviço. Há um número expressivo de transexuais que acessam o órgão, 22 homens são transexuais e 90 mulheres transexuais.

As travestis, mulheres e homens transexuais, cada um com sua particularidade no processo, apresentaram muitas demandas no tocante a atendimento psicológico vinculado a mudança do prenome, a hormonioterapia e/ou necessidade de fazer a cirurgia de resignação sexual (SOARES; SILVA, 2015)

Segundo Bento (2008, p. 7) a transexualidade “[...] é uma expressão identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero [...]” Segundo a autora nenhuma outra experiência de gênero é tão impactante no sentido de desnaturalizar o que é ser homem e o que é ser mulher. Em geral, a transexualidade é identificada em pessoas que possuem abjeção pelo seu sexo biológico buscando a readequação por meio da cirurgia de resignação sexual.

Bento (2008) afirma, problematizar discursos hegemônicos que enunciam ser a cirurgia de transgenitalização um desejo necessário das pessoas transexuais pela satisfação sexual. Há uma gama de experiências sobre a transexualidade e transexuais masculinos e femininos podem realizar ou não a cirurgia ou um conjunto de alterações corporais e sociais que proporcionem a passagem do gênero atribuído ao identificado.¹⁸ Torna-se importante que as pessoas transexuais tenham acesso a procedimentos, serviços de saúde assegurados.

Mais do que encontrar definições precisas sobre a transexualidade, é importante problematizar que a população transexual é extremamente vulnerável e desumanizada, a negação de direitos sociais permeia cotidianamente a vida desta população, no acesso aos serviços de saúde, de educação, de justiça e de reconhecimento de sua identidade.

A maioria dos profissionais da saúde se baseiam na Classificação Internacional de Doenças (CID) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) para elaboração de laudos técnicos. Isso inclui psicólogos. Sendo o Brasil filiado à Organização Mundial da Saúde (OMS), a referência aos critérios do CID (que encontra-se em sua décima atualização) torna-se necessária. Atualmente, as pessoas transexuais no Brasil podem fazer o processo de hormonioterapia e a cirurgia através do Sistema Único de Saúde (SUS), porque a transexualidade está classificada como disforia de gênero. Sendo assim considerada, o SUS promove um “tratamento”, chamado de Processo Transsexualizador, instituído na Portaria do Ministério da Saúde (MS) nº 1.707/2008, que assegura o direito a esses serviços. Há também a Portaria nº 2803/2013 que redefine e amplia o processo transsexualizador no SUS e determina, entre outros procedimentos, assistência psicológica por no mínimo dois anos para as pessoas que passam pelo processo.

Tendo em vista a questão da despatologização da Transexualidade pode-se inferir que apesar das concepções críticas que vêm acontecendo no campo de estudo do âmbito acadêmico e sobretudo do movimento mundial em prol da despatologização das identidades trans., no contexto brasileiro ainda vigora a interpretação patologizada destas vivências (ALMEIDA; MURTA, 2013).

Na Paraíba já aconteceram algumas conquistas voltadas para @s transexuais, tais como

¹⁸ O item NI significa Não Informado.

- criação do Ambulatório de Travestis e Transexuais (TT) do Complexo Hospitalar Clementino Fraga.

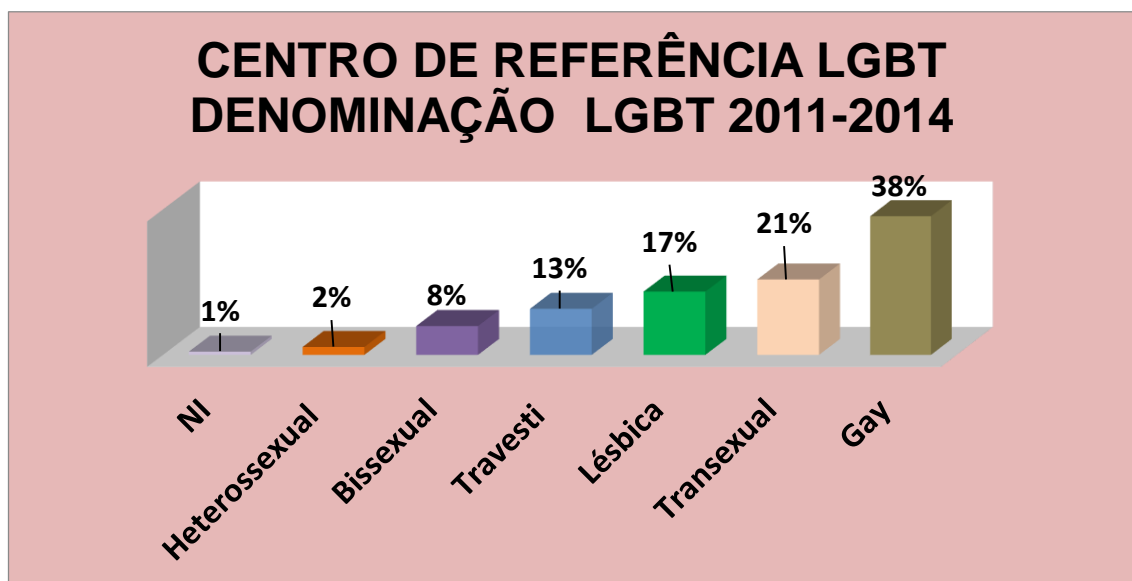
- Decreto para o nome social (portaria nº 32.159/2011) assinado em 26 de maio de 2011, pelo governador Ricardo Coutinho, a qual assegura o direito ao tratamento nominal e a inclusão do nome social de travestis e transexuais em todos os procedimentos, atos e registros estaduais relativos a serviços públicos prestados em âmbito estadual¹⁹. Outra reivindicação do movimento LGBT é que o decreto seja transformado em Lei. Tal proposta foi aprovada na 4 Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, realizada no dia 27 de novembro de 2015. Importante destacar a conquista histórica da participação das mulheres transexuais nas conferências municipais, estaduais e federal de políticas para as mulheres.

- Portaria N.350/GS/SEAP/2012 que amplia a visita íntima para casais homoafetivos (em união estável) em estabelecimentos prisionais.

- Portaria N.º 567/GS/2012 que dispõe sobre a criação do Comitê Estadual de Saúde para implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População de Gays, Lésbicas, Transexuais, Travestis e Bissexuais – LGBT

- Decreto Nº 35.004/2014, criando o Conselho Estadual dos Direitos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana (SEMDH).

Gráfico 3 – Denominação LGBT



¹⁹ Gênero identificado é aquele que a pessoa transexual reivindica o reconhecimento. Gênero atribuído é o que nos é imposto quando nascemos referenciado pelas genitálias. ^ (BENTO, 2008, p. 146)

Fonte- *Dados da Pesquisa, 2015.*

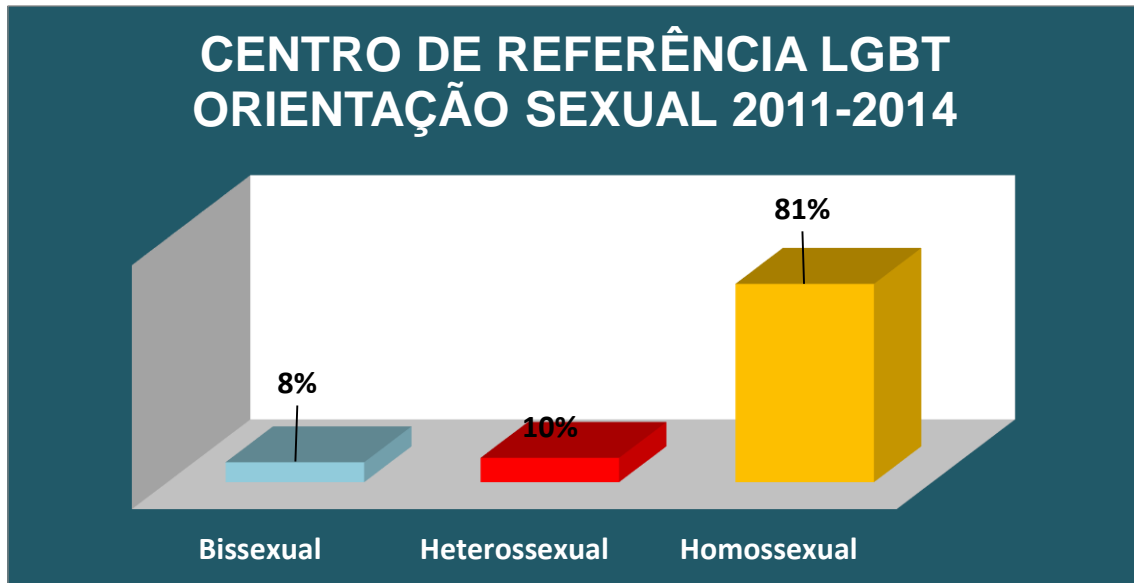
No tocante a orientação sexual, visualiza-se a significativa de pessoas homossexuais, 81%. “[...] Há pessoas que, por possuírem e adotarem determinadas condições de existência e expressão de sua sexualidade, como no caso da orientação sexual homossexual, são tratadas de maneira desigual sendo vítimas de discriminação [...]” (SILVA; CAETANO, 2011, p. 255).

A diversidade de orientação sexual [...] não deveria determinar a classificação das pessoas em diferentes categorias, pois esta classificação favorece a discriminação e ignora o caráter flexível do desejo humano, tendo em vista que a “Orientação Sexual” é um “Termo utilizado em referência à orientação do desejo sexual [...]” (CARVALHO; ANDRADE; MENEZES, 2009, p. 34) e precisa ser tida como um fenômeno inerente a tod@ ser humano sem discriminação e preconceito.

No Brasil ainda é comum a prática de vários tipos de discriminações e violências contra os LGBTs em decorrência da orientação sexual como ressalta Borges; Meyer (2008, p. 60) “No Brasil, a violência por discriminação sexual mata em torno de 150 pessoas por ano [...]” e Segundo Rogério Junqueira (2007), o Brasil é o líder mundial de crimes cometidos contra aqueles considerados das sexualidades não-hegemônicas [...].

Por tanto pode-se inferir a partir do gráfico, que homossexuais estão acessando o Espaço LGBT em busca de informação sobre direitos, com um espaço de convivência, de acolhimento e de busca de apoio para enfrentar e ressignificar as violências vivenciadas.

Gráfico 4 – Orientação Sexual



Fonte- Dados da Pesquisa, 2015.

O gráfico 5 apresenta o grau de escolaridade d@s usuári@s, chamando atenção para o baixo nível de escolarização. O cenário mostra que 38% não concluíram o ensino médio e apenas 8% concluiu o ensino superior. Além disso, é alta a porcentagem de indivíduos que não informaram o grau de escolaridade, o que pode estar ocultando o não acesso à educação. Frisase que nenhum/ nenhuma usuári@ declarou presença na pós-graduação.

As informações expostas remetem a reflexão a respeito de como as escolas estão abordando a temática LGBT e, formando profissionais da educação para aceitação da diversidade de práticas de identidade sexual. Pesquisas a respeito da inserção da população LGBT nas escolas, informações cotidianamente veiculadas nos meios de comunicação não são animadores, pelo contrário, evidenciam que a escola que deveria ser um local de respeito as diferenças, constituição da cidadania para tod@s, tem sido apontada como ambiente de exclusão e violência. Adolescentes e jovens que se identifiquem ou sejam identificad@s como gays ou lésbicas, conforme Mac na Ghail (1991), em geral são marginalizad@s, sofrem diversos tipos de violência, manifestam fobia da escola e apresentam tentativas de suicídio. Como ressaltam Mell; Freitas; Pedrosa; Brito (2012, p. 99) “A escola costuma ser um dos primeiros espaços onde pessoas que subvertem as normas de gênero são humilhadas. Frequentemente, isso é reforçado pela LGBTfobia[...]”.

Loro (2003) enuncia que a escola delimita espaços, utiliza símbolos e códigos para afirmar o que cada indivíduo pode ou não fazer, separando e hierarquizando comportamentos.

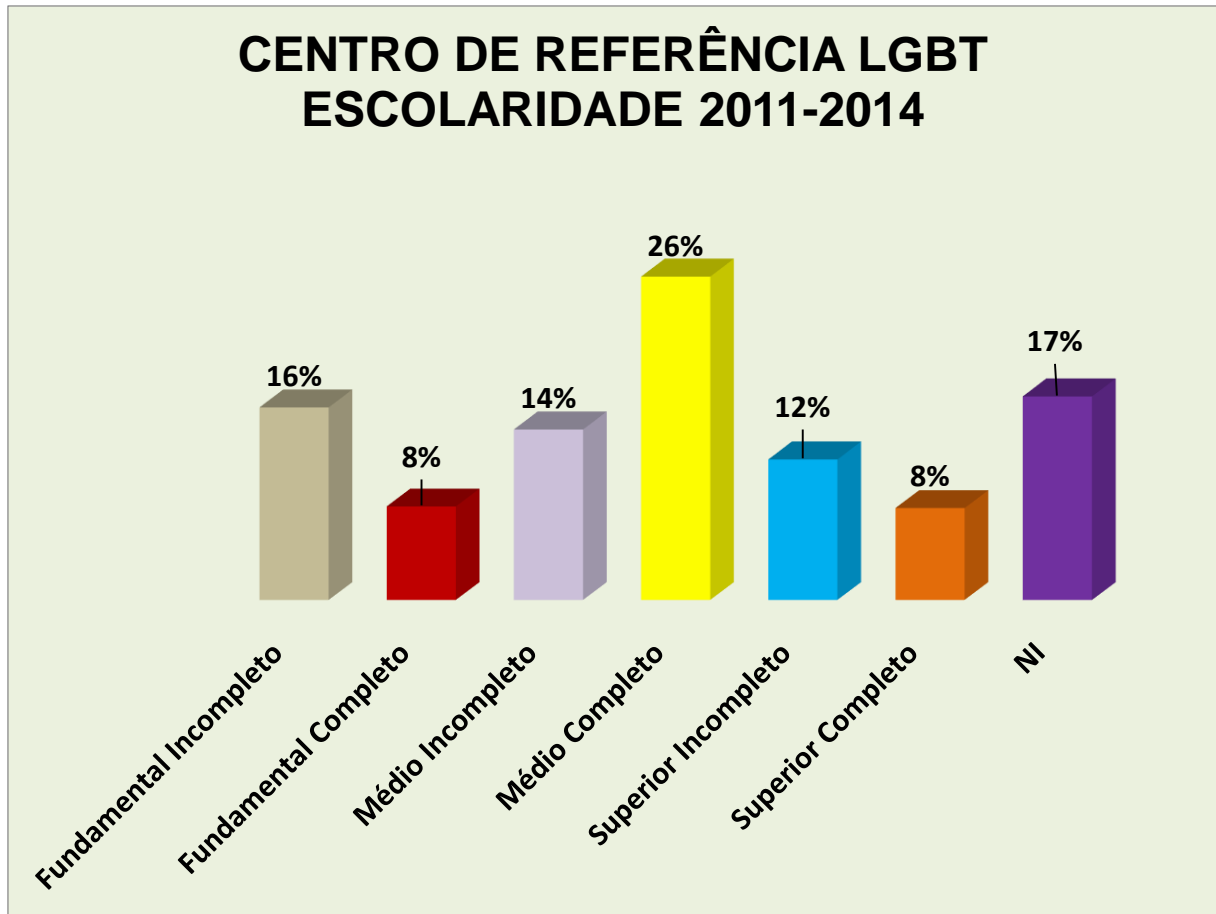
Em 2015, amplas discussões foram realizadas no âmbito educacional, no poder executivo e legislativo sobre a pauta da inclusão dos temas gênero, identidade de gênero e orientação sexual nos Planos Municipais, Estaduais e Federal da Educação. Pressionad@s pelas bancadas religiosas, em especial evangélic@s fundamentalistas, muitos representantes políticos se posicionaram contrários a esta inclusão, apresentando discursos de que a ideologia de gênero deturpa os conceitos de homem e mulher, ameaçando a constituição da família tradicional.²⁰ No Estado da Paraíba o conceito gênero foi retirado dos Planos Municipal e Estadual de Educação, implicando retrocessos na pauta de respeito às diferenças. As informações geradas, neste estudo, servirão de base para a rediscussão sobre a importância da discussão de gênero no ambiente escolar.

Ao abordar a dificuldade de permanência de LGBTs na escola, Bento (2011, p. 554) foca n@s transexuais (masculinos e femininos) afirmando que “São múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores [...]” .Desta forma, muit@s trans entram no mundo da prostituição, pois não conseguem permanecer na escola e, conseqüentemente, ficam sem oportunidades no mercado de trabalho.

Para que o silenciamento, as linguagens e as manifestações preconceituosas contra a população LGBT, sejam ressignificados e enfrentadas na escola, é essencial que na formação de professores/as, nas práticas pedagógicas sejam dinamizados conteúdos que contemplemos princípios da igualdade e da equidade, a inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual, o caráter sócio histórico da sexualidade e a disseminação de informação atualizada a respeito das transformações culturais sobre feminilidades e masculinidades.

Gráfico 5 – Escolaridade

²⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o_dos_Travestis_da_Para%C3%ADba



Fonte -Dados da Pesquisa, 2015.

Com relação a caracterização étnico racial, a maioria d@s usuári@s se identificou como parda 43% seguida de preta 22% e branca 22%. O restante, 9% NI e 3% Amarela. Em relação a raça utilizou-se para a presente pesquisa as categorizações do IBGE para a padronização das informações, pois nas fichas de atendimento existiam diversas informações a respeito da caracterização étnico-racial dificultando a identificação de pertencimento. Houve, segundo integrantes da equipe, dificuldades para usuári@s se autoidentificarem, o que pode estar articulado com os reflexos do racismo na sociedade brasileira. Após a avaliação desta ocorrência, propôs-se, a equipe do órgão, a inclusão da informação sobre a identificação d@ profissional sobre @ usuári@, além da auto-identificação, além da realização de campanhas efetivas para este segmento.

A identificação qualificada d@s usuári@s dos órgãos de atendimento é essencial para a efetividade das políticas públicas de acordo com as necessidades informacionais dos indivíduos, tendo em vista que a intersecção dos marcadores sociais de gênero, raça, classe, @rientação sexual potencializa as desigualdades, diminuindo as possibilidades da população

LGBT romper com a situação de violência e de exclusão social sem o apoio de serviços públicos. (PISCITELLI, 2012)

Gráfico 6 – Raça



Fonte- Dados da Pesquisa, 2015.

No que concerne a situação socioeconômica, ilustrada por meio da ocupação e da renda, verifica-se que a exclusão permeia a vida de grande parcela d@s usuari@s do Espaço LGBT. No tocante à ocupação, 16% são estudantes, 11% cabeleireir@s, 7% auxiliar e 5% profissionais do sexo. O item Outros e Não informado corresponde a 45%, número significativo. Verifica-se ocupações, em geral, com baixa renda, sem seguridade social e precarização nas relações de trabalho. No tocante à renda, as informações revelam que quase metade 40% recebem até 1 SM e 24% de 1 a 3 SM. Somente 3% se incluem na faixa de rendimento a 3 SM. A situação de vulnerabilidade é denunciada nas informações estatísticas apresentadas. Essencial, neste cenário, reforçar a necessidade de ações para que a população LGBT permaneça na escola e, conseqüentemente tenha possibilidades de inserção mais qualificada no mercado de trabalho. As discriminações no mercado de trabalho denunciam as barreiras encontradas, Andrade (2015) em estudo sobre a participação de transexuais no mercado de trabalho enuncia que “[...] Ainda que elas/eles queiram arranjar um emprego com rotina, horário de trabalho e carteira assinada, o preconceito fica evidente quando elas/eles se

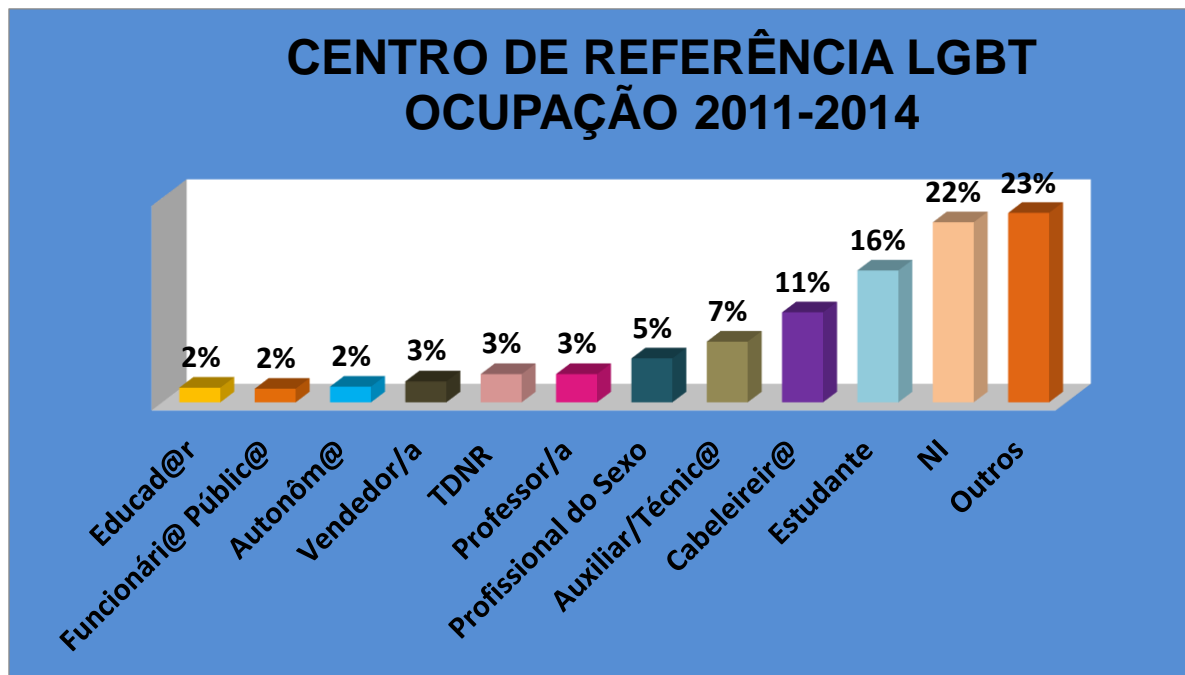
candidatam a uma vaga.[...], Por tanto fica evidente que a homofobia institucional que existe no país traz sérios problemas para @s transexuais ²¹

Segundo levantamento da empresa de recrutamento Elancers (2015), 38% das empresas brasileiras dizem que não contratariam pessoas LGBTs para cargos de chefia e uma parcela menor faria ainda pior, 7% delas assumem que não contratariam um homossexual de maneira alguma, para qualquer profissão.

Diante destas considerações, é possível inferir que o alto índice de Não informados (NI), podem estar camuflando uma maior situação de exclusão no mercado de trabalho, usuári@s podem ocultar a informação por vergonha de declarar a forma como está garantindo sua sobrevivência ou a situação de desemprego.

As informações estatísticas mostram a necessidade do Espaço LGBT, em parceria com outros órgãos, secretarias de governo e universidades desenvolverem ações Inter setoriais e pesquisas para alteração deste cenário, com destaque para Programas de Alfabetização e Elevação da Escolaridade, Linhas de crédito para geração de renda, acesso à habitação, cooperativas, dentre outros.

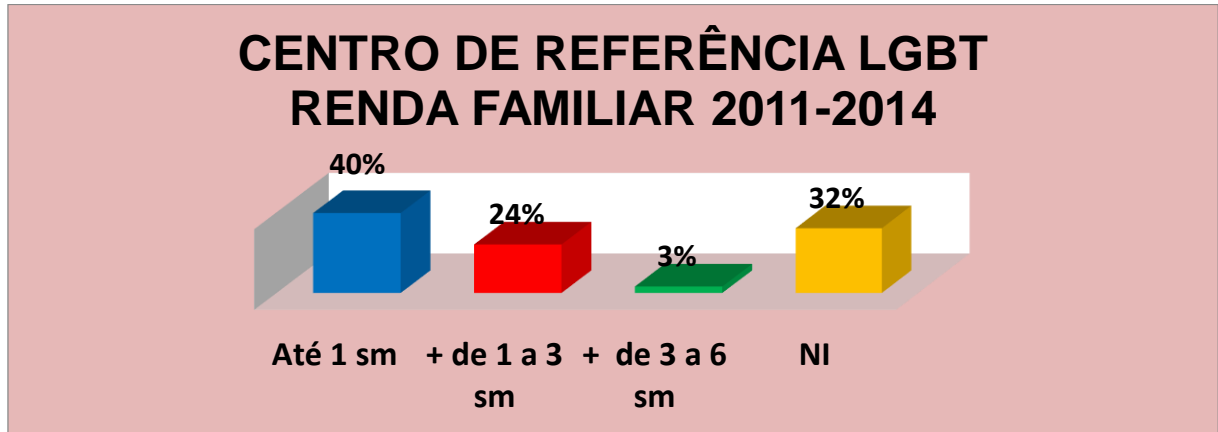
Gráfico 7 - Ocupação



Fonte -Dados da Pesquisa, 2015.

²¹<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>

Gráfico 8 – Renda Familiar



Fonte -Dados da Pesquisa, 2015.

Em consonância com estudo feito por Pereira (2013), no Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT da Capital do Rio de Janeiro, que aponta a agressão verbal como a mais frequente sofrida pel@s usuári@s, pode-se perceber no gráfico 5 que essa realidade também é vivida pel@s usuári@s do Espaço LGBT da Paraíba. Tendo em vista que 32% del@s mencionaram ter sofrido violência psicológica, que é a intimidação moral, ofensa verbal ou constrangimento que causa danos a outra pessoa.

As violências sofridas pela população LGBT, por muitas vezes, passa despercebidas, é banalizada por se tratar de um fenômeno naturalizado dentro da sociedade e devido à falta de informação. Como ressaltam Leal; Carvalho (2008, p. 14) “a compreensão da dimensão exata de tais números é prejudicada pela ausência de dados oficiais sobre a população GLBT brasileira [...]”.

O gráfico 5 explicita que a violência, física, psicológica, discriminação são realidade cotidiana. Dentre @s usuari@s temos - violência física (7%); violência física/psicológica (12%) e discriminação (29%). Na variável “Outros” estão inclusos: exclusão social, violação de direitos, violência moral, dentre outras formas de discriminação e violência.

Um fator importante observado sobre a discriminação é que muitos dos registros possuíam unicamente a informação” discriminação” e foi sugerido, a equipe do Espaço, um maior detalhamento destas informações para o conhecimento dos tipos das discriminações

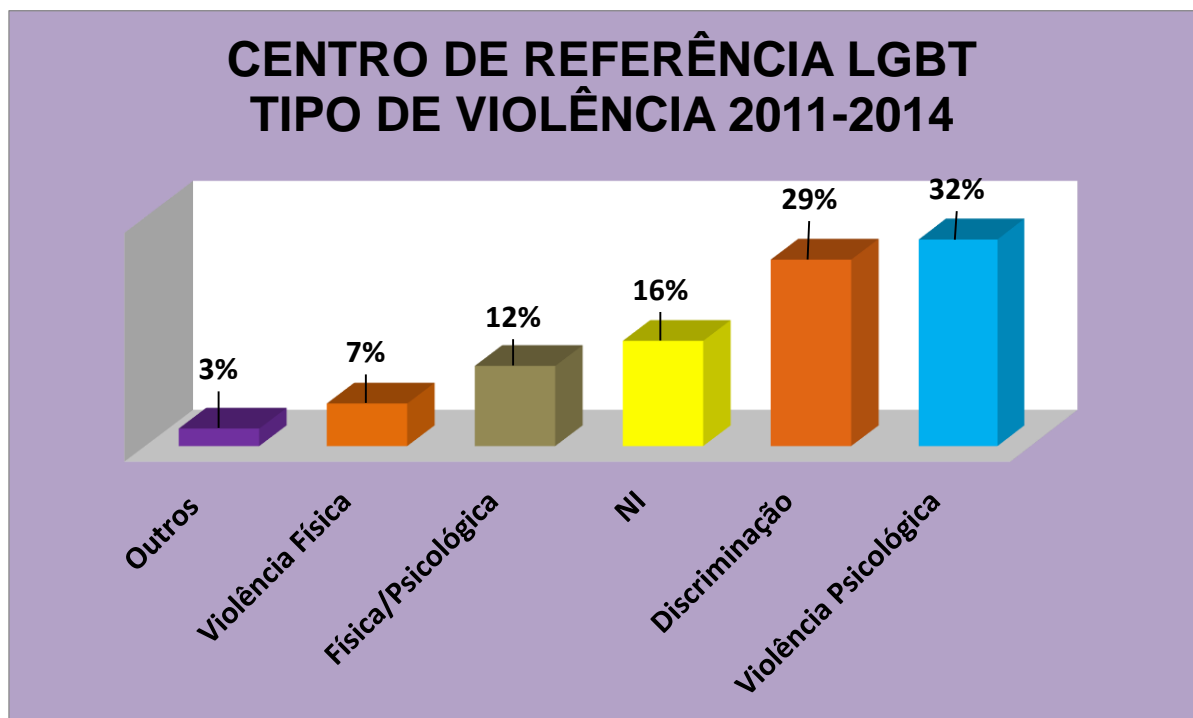
vivenciadas pelos LGBTs e, conseqüentemente a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Nas planilhas que continham os tipos de discriminação ficou explícito, a discriminação familiar e institucional. Pois, vários LGBTs sofrem violências da própria família (física e psicológica) e, também, no ambiente de trabalho e de estudo, pois, não raras, às vezes, não são dados a eles/elas, os, mesmos, direitos dispensados aos heterossexuais.

Outro ponto importante, observado, foi a falta de informação, da relação d@ usuári@ com o agressor, em muitas das fichas de registro essa informação não existia, dificultando, com isso, a identificação da relação d@ agressor/a com a vítima. Torna-se necessário aprofundar tal informação por meio de outras pesquisas, mas, a percepção preliminar nas fichas que disponibilizaram esses dados, pode-se perceber que, de forma geral, as violências são cometidas por vizinh@s e familiares.

Por meio destas informações pode-se perceber a vulnerabilidade da população LGBT na sociedade, no que tange a violência e as violações dos seus direitos. Como ressalta Mott (2006, p. 511) “Infelizmente, verdade seja dita, somos obrigados a reconhecer que de todas as chamadas ‘minorias sociais’, no Brasil, e na maior parte do mundo, os homossexuais continuam a ser as principais vítimas do preconceito e da discriminação [...].”

Gráfico 9 – Tipo de Violência



Fonte- Dados da Pesquisa, 2015.

As informações estatísticas produzidas no estudo foram entregues a equipe do Espaço LGBT, almeja-se que as informações disponibilizadas possam subsidiar o desenvolvimento de novas pesquisas e ações dos órgãos da rede de atendimento para possibilitar o diagnóstico da realidade local e o desenvolvimento de ações integradas para a garantia da autonomia LGBT

7 PARO! NÃO CONCLUO, APENAS ENCERRO ESSA PARTE POR CAUSA DAS NECESSIDADES ACADÊMICAS

Realizar pesquisa a respeito da população LGBT em articulação com a Arquivologia e a ação do profissional arquivista, em um órgão específico de atendimento, constituiu um desafio em decorrência da ausência de referencial teórico sobre o tema e por adentrar em um universo em que verdades consideradas absolutas são questionadas e desconstruídas. Desta forma, o aprendizado com as leituras, com a equipe profissional do Espaço LGBT, com usuáris e com os deslocamentos subjetivos e teóricos foram constantes.

Um dos grandes desafios nas ações de prevenção e enfrentamento a homofobia, é a insuficiência de informação estatística oficial sobre o perfil de usuáris dos órgãos de atendimento, dificultando o real dimensionamento do fenômeno, o planejamento de políticas públicas e a realização de pesquisas sobre a problemática. Ao atuar em uma unidade informacional não tradicional, enquanto profissional arquivista, traçando o perfil dos usuáris do espaço LGBT, organizando, padronizando e disseminando informação estatística para o órgão, almeja-se contribuir para o aperfeiçoamento das ações do equipamento. Outro aspecto constatado foi a necessidade do Espaço possuir profissional da informação em sua equipe para potencializar o fluxo informacional.

Apesar das informações apresentadas necessitarem de maior aprofundamento analítico e teórico, as informações explicitam o quadro de vulnerabilidade da população LGBT atendida na unidade informacional pesquisada e podem servir de subsídio para que a gestão do Espaço LGBT e da SEMDH possam construir políticas públicas consoantes com as necessidades informacionais dos usuáris e, conseqüentemente o empoderamento e as resistências de lésbicas, gays, travestis, transexuais que sofrem violências e são assassinad@s por romperem com esquemas hegemônicos e lineares de gênero, baseados no desrespeito a afirmação da cidadania e dos direitos humanos dessa população.

Conclui-se enunciando que @ profissional arquivista configura-se como mediad@r da informação e de apoio técnico para qualificar a produção da informação em distintos espaços, como também assume papel fundamental na mudança de mentalidades para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, reiteramos a importância da implantação do Espaço LGBT, órgão público específico para a população LGBT, a diversidade de ações implantadas e o trabalho humanizado e ético d@s profissionais da equipe, visando a afirmação da cidadania e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

Ana Beatriz; Laurindo Souza; Liliane Leite Moreira “**MERCADO COLORIDO**”: **PERCEPÇÕES DE GAYS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DE TERESINA-PI.** “Breno de Oliveira Ferreira Revista Eletrônica Gestão & Saúde. Vol.06, N°. 02, Ano 2015 p. 1564-84.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação?. **Inf. Inf.**, Londrina, v.19, n.1, p. 01-30, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA Daniela. **Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-648720130002000172013>. Acesso em: 19 out. 2015

BÉGUIN-VERBRUGGE, A **Informação, comunicação e antropologia dos saberes.** **RECIIS:** R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.35-41, set. 2009. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/754/1396>>. Acesso em: 20 out. 2015.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **A Especificidade da Informação arquivística.** Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/366>>. Acesso em: 04 out. 2015

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivologia: **Objetivos e Objetos.** Disponível em: <<https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf>>. Acesso em: 04 de out. 2015

BENTO, Berenice. **Na Escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 548-559, maio-agosto/2011.

BRASIL. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação.** *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual.* Brasília, 2008a.

BRASIL. **Ministério da Justiça.** *Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 2.* Brasília, 2002.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNPCDH-LGBT. Brasília, 2010.

BRASIL. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Brasília, 2009a

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php>. Acesso em: 01 out. 2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e Diversidade Sexual: um glossário.** João Pessoa, ed. Universitária/UFPB, 2009, 56p.

CERVO, Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica.** Amando São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007. p. 162. Disponível em: <<http://bibliotecanet.sociesc.org.br:8080/waenetbb/servlet/hwbobrg?0,000,CERVO%2C+AMADO+LUIZ,A,20,,0>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

COLLING, Leandro. **Mais definições em trânsito.** In. Mais definições em Trânsito. 2011. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015

COLLING, Leandro. **Teoria Queer.** In. Mais definições em Trânsito. 2011. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>>. Acesso: 6 Dez. 2015.

COLLING, Leandro. **Stonewall 40 + O que no Brasil?.** Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf>. Acesso 20 nov. 2015.

CÔRTEZ, G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L. K. R. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando a informação estatística no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 16, 2015. João Pessoa. Anais... João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

CHAUNCEY, George. **Gay New York: geder, urban culture, and the making of the gay male world 1980-1940.** New York: Basic Books, 1994.

DANTAS, Michael Hudson. VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA: necessária visibilidade e combate. Disponível em: <http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/includere/issue/view/134>. Acesso em: 01 dez. 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Família homoafetiva.** http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n03art02_dias.pdf. Acesso em 12 out. 2015

DUARTE; Zeny. **Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional.** Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6624.pdf>>. Acesso: 20 out. 2015.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, n. 1, Florianópolis – SC, 2004, pp. 47-71.

ELÍDIO, Tiago. **A perseguição nazista aos homossexuais:** o testemunho de um dos esquecidos da memória / Tiago Elídio da Silva. -- Campinas, SP: [s.n.], 2010.

FALQUET, Jules. Breve Resenha de algumas Teorias Lésbicas. Disponível em: <<https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/04/breve-resenha-teorias-lesbicas.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2015

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente:** o movimento gay como espaço educativo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1975.

FREDERICO, C. A presença de Lúkács na política cultural do PCB e na Universidade. In: MORAES, J. Q. de. **História do Marxismo no Brasil:** os influxos teóricos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995. v.2. p.183-221.

FRANCO, José Luiz de Moraes; GONTIJO, Fabiano Souza. **Memórias do Movimento LGBT** : da Sociedade Mattachine ao Estado do Pará, a conquista de direitos e suas demandas sociais. Disponível em: <http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020836_30_06_2015_16-30-56_1695.PDF>. Acesso em: 19 nov. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Atlas, 4 ed., São Paulo, 2002.

GOMES, Henriete Ferreira. A Dimensão Dialógica, Estética, Formativa e Ética da Mediação da Informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v.9, n.2, p.46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/issue/view/929>>. Acesso em: 3 out. 2015.

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **cadernos pagu** v. 15 2000, pp. 271-295. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/en/cadernos-pagu>> Acesso em: 01 out. 2015.

GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

GUACIRA , Lopes Louro. **Gênero, Sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista 6ª edição Editora vozes Petrópolis 2003.

GUACIRA , Lopes Louro. **O CORPO EDUCADO PEDAGOGIAS DA SEXUALIDADE** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>> Acesso em. 04 out. 2015.

HEEREN, José Augusto de Castro. **O ARMÁRIO INVERTIDO COMUNICAÇÃO E DISCURSO SOB A LUZ DE LAMPIÃO**. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/O-Arm%C3%A1rio-Invertido.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

IRINEU, Bruna Andrade. **Movimentos e Lutas LGBT no Brasil Contemporâneo: Dialogando gênero, sexualidade e políticas públicas em tempos de neoliberalismo**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/4_questao-de-genero/movimentos-e-lutas-lgbt-no-brasilcontemporaneo.pdf, Acesso em: 01 out. 2015.

JÚNIOR, Oswaldo Francisco Almeida de. Mediação da informação em múltiplas linguagens. **Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>> acesso em: 20 out. 2015.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. **Disseminação da informação e usuários**. São Paulo em Perspec., São Paulo, v.17, n.26-34, dec. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a04v1734.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

LEAL, Bruno Souza; DE CARVALHO, Carlos Alberto. Entre a ausência estatística oficial e o assassinato por ódio: o problema da homofobia no Brasil. **Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu–MG–Brasil, de**, v. 29.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1990. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

LIMA, Sarah Regina de Oliveira; CUNHA, Sislanne, Feusan. **BENT: EIS QUE O TRIÂNGULO ROSA TORNA-SE CARMESIM.** Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/generoxi/trabalhos/TRABALHO_EV046_MD1_SA3_ID943_24042015152629.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

LUIZ, Mello; FREITAS, Fátima; PEDROSA, Cláudio; BRITO, Walderes. **Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil, 2015.**

MARTELETO, R. M. Jovens, violência e saúde: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **RECIIS:R.** Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set. 2009. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/751>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MEYER, Dagmar Estermann; Borges, Zulmira Newlands. **Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n58/a05v1658.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2015.

MELLO, Luiz; AVELLAR, Rezende Bruno da; DANIELA, Maroja. Por onde andam as Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil. **Revisa Sociedade e Estado**, v.27, n. 2, maio/ago.2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2015.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **cadernos pagu**, v.39, jun/dez. 2012, pp.403-429. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/en/cadernos-pagu>>. Acesso: 01 out. 2015.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 199.

Miskolci, R. (2011). Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política *queer*. In L. Sousa, T. Sabatine, & B. Magalhães (Orgs.), *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. (pp. 47 -68). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MOLINA, Luana Pagano Peres. **A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual.** Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/7153>>. Disponível em 10 out. 2015.

MOTT, Luis. Homo-Afetividade e Direitos Humanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a11v14n2.pdf>> Acesso em: 10 out. 2015.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 00, out. 2004. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php> Acesso em: 20 out. 2015.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. HOMOSSEXUALIDADES E DITADURAS MILITARES: OS CASOS DE BRASIL E ARGENTINA. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1275391766_ARQUIVO_Passamani.Completo.FG9.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

PEREIRA, Adriana Jimenez; NICHATA, Lúcia Yazuko Izumi. **A sociedade Civil Contra a Aids.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n7/24.pdf>> Acesso em: 20 out. 2015.

PEREIRA, Ronielyssom Cezar Souza,; SEIBERT, Kelly Malu Silva; IRSCHLINGER, Fausto Alencar. **ANÁLISE DO DISCURSO HOMOSSEXUAL DO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981): ENTRE A INTENCIONALIDADE E O LEITOR** [http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vii_epct/PDF/CIENCIAS_HUMANAS/Historia/04_RcezarsozapereiraartigoCompleto\(1\).pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vii_epct/PDF/CIENCIAS_HUMANAS/Historia/04_RcezarsozapereiraartigoCompleto(1).pdf). Acesso em: 20 nov. 2015.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.

REIS, Toni. **AVANÇOS E DESAFIOS PARA OS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBT.** Disponível em: <<http://www.tonireis.com.br/wp-content/uploads/2014/06/avancos-e-desafios-LGBT-IBDFAM.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2015

SCAVONE, L. **Feminismo contemporânea Y democracia em Brasil.** In: FAURÉ, C. Enciclopédia Histórica y Política de lasMujeres. Europa y américa. Madrid: AKAL, 2010. p. 733-753.

SCOTT, J. Gênero: **uma categoria útil de análise histórica.** **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990.

SCOTT, Joan Wallach. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SCHULTZ, Leonardo; BARROS, Patrícia Marcondes de. O Lâmpião da Esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/O%20Lampiao%20da%20Esquina%20discussoes%20de%20genero%20e%20sexualidade%20no%20Brasil.pdf/view>>. Acesso em: 12 out. 2015.

SILVA, Fernando Rodrigues; NARDI, Caetano. **A construção social e política pela não-discriminação por orientação sexual**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v21n1/v21n1a14.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, Irisneide de Oliveira Souza; JUJITA, Mariângela Spotti Lopes; DAL’EVEDOVE, Paula Regina. A relação entre Arquivística e Ciência da Informação na sociedade pós-moderna. Disponível em:<[file:///C:/Users/Dito/Downloads/3751-3761-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Dito/Downloads/3751-3761-1-PB%20(2).pdf)>. Acesso em: 10 out. 2015.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo. ed. Fundação Percecu Abrano.2009, p. 196.

KOTAIT, I. **Editoração Científica**. São Paulo: Ed. Ática, 1981.